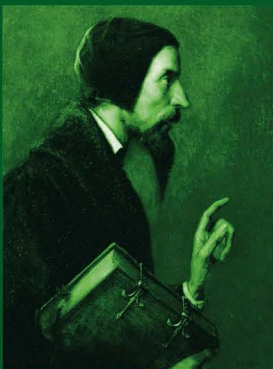


André Biéler



O HUMANISMO SOCIAL DE CALVINO

Caderno de **77**
O Estandarte



O HUMANISMO SOCIAL DE
CALVINO





APRESENTAÇÃO

Rev. Eduardo Galasso Faria

O Humanismo Social de Calvino é este “livrinho” que está sendo oferecido aos assinantes de O Estandarte, da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, como parte das publicações comemorativas dos 500 anos do nascimento de João Calvino. É uma jóia que, pelo seu conteúdo e simplicidade, coloca-nos no centro da mensagem ética do Reformador de Genebra, ainda hoje extremamente atual. Escrito pelo pastor reformado suíço André Biéler (1914-2006), foi publicado sob os auspícios do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e traduzido para diversas línguas. Sua primeira edição em português (1970), esgotada há muito, foi traduzida pelo Rev. Aharon Sapsezian e prestou grande serviço. Seu conteúdo constitui uma apresentação compacta de pontos essenciais de uma obra maior publicada em francês em 1959 – *O Pensamento Econômico e Social de Calvino* – mais tarde publicada em português (Casa Editora Presbiteriana, 1990) e que também está esgotada.

O Rev. André Biéler, doutor em economia e ex-professor de ética, foi um especialista em Calvino e resgatou a contribuição do reformador francês para a compreensão do Evangelho de Jesus Cristo em sua relação com os problemas econômicos e sociais difíceis enfrentados pelo mundo desigual e injusto de seu tempo. Já na década de 70, outro livro seu impactou a igreja ao oferecer um testemunho profético frente aos problemas ecológicos do mundo contemporâneo, alertando para a loucura de um desenvolvimento insensato (*Le Développement Fou*, 1973). Antes disso, em 1964, lembrou a responsabilidade dos países ricos para com os pobres, ao levantar nas igrejas reformadas/presbiterianas a bandeira da luta em

favor da remessa de 3% dos rendimentos dos países do norte para o desenvolvimento dos países do sul.

Com este Caderno de O Estandarte nº 11, estamos lançando a segunda edição do “livrinho”, revista e atualizada pelo Rev. Gerson Correia de Lacerda. Aflora neste momento a consciência do dever cumprido ao se reapresentar ao público leitor esta preciosa, mas muitas vezes esquecida, parte do legado do Reformador, cujo jubileu estamos celebrando em 2009.

O Rev. Galasso é o relator da Comissão do V Centenário de Calvino



SUMÁRIO

Apresentação	5
Prefácio	9
I – A pessoa e a sociedade	11
1. Os fundamentos do humanismo de Calvino	13
2. A natureza do ser humano	15
3. O dinamismo da pessoa	18
4. A constituição da sociedade	18
5. A igreja, a sociedade e o Estado	22
II – O dinheiro e a propriedade	27
1. A vida econômica e social no tempo de Calvino	28
2. O dinheiro como instrumento de Deus	30
3. O dinheiro como instrumento da opressão social e da desordem econômica	33
4. A função do dinheiro restabelecida na igreja	35
5. A propriedade defendida e limitada pelo Estado	38
6. Crítica do pensamento de Calvino	39
III – O trabalho, o salário, o comércio e o banco	41
1. O trabalho do ser humano como obra de Deus	42
2. O salário como dom de Deus	45
3. O comércio como sinal visível da interdependência das criaturas de Deus	49
4. O comércio do dinheiro - o banco	51
5. Calvinismo e capitalismo	55
IV – O calvinismo e o nosso tempo	61
1. O calvinismo ultrapassado?	62
2. Um humanismo integral, personista e social	63
3. Um humanismo ecumênico	66
4. Um humanismo universal	69



PREFÁCIO

Só se pode falar com simplicidade e clareza das coisas que se conhece a fundo. Depois de nos ter dado, em seu *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, uma análise profunda e original da ética social do reformador de Genebra, o pastor Biéler dá-nos agora um apanhado lúcido das convicções centrais que dominam essa ética.

Muitos leitores ficarão surpreendidos de encontrar aí um Calvino bem diferente da imagem que se tinha dele. Calvino – que nos parecia obcecado pela glória de Deus – um humanista? Calvino – acusado de ser o pai do *laissez-faire* capitalista – um socialista personista? Calvino – o autocrata – um defensor, sob tantos aspectos, da igualdade? O Prof. Biéler sabe do que fala. Os que quiserem aprofundar-se no sentido dessas afirmações poderão ir à obra principal do autor, e aí encontrarão provas pormenorizadas de tudo isso.

O fato é que Calvino é interpretado freqüentemente através do calvinismo. Esse calvinismo que optou por uma parte de sua herança e que deixou de lado aspectos importantes do pensamento de seu mestre. Às igrejas calvinistas tem, não raro, faltado coragem e vitalidade necessárias para o desempenho de sua missão profética, missão que, para Calvino, era um dever essencial da igreja.

Se Calvino tivesse sido ouvido, grandes males teriam sido evitados. Dou um exemplo: todo o mundo conhece a imensa importância que o slogan “a cada um segundo as suas necessidades, de cada um segundo as suas capacidades” tem para o comunismo. Lenine entende que o alvo final do comunismo será atingido quando esse slogan puder ser realizado. Lenine pensa que esse slogan vem de Marx; e Marx efetivamente o utilizou. Mas nem Lenine nem Marx se deram conta de

que, nos comentários de Calvino (2Co 8.13-14), esse mesmo pensamento fora formulado trezentos anos antes. Calvino diz: *“Deus deseja que haja tal analogia e igualdade entre nós que cada um socorra os pobres segundo as suas possibilidades a fim de que alguns não tenham em excesso enquanto outros sofram penúria”*. Se as igrejas tivessem levado a sério esse ensino, não veríamos hoje esse pensamento profundamente bíblico deslocado de seu contexto cristão e transplantado para um contexto materialista e totalitário.

Confrontados, como somos hoje, por uma sociedade desorientada onde o sentido da solidariedade humana e da responsabilidade social se enfraquece mais e mais, sentimos chegado o tempo de redescobrir o ensino de Calvino sobre o humanismo cristão que, fundado sobre o humanismo de Deus, pressupõe uma sociedade onde o ser humano age na qualidade de responsável perante Deus e responsável por seus irmãos.

W. A. Visser't Hooft



I

A PESSOA E A
SOCIEDADE

Há estranhas analogias entre o século XVI e a nossa época. Uma das mais características, em nosso entender, é o radicalismo das perguntas sobre o ser humano formuladas pelos mais eminentes pensadores. As convulsões de toda ordem que acompanharam o Renascimento e a exploração do Novo Mundo conduziram as pessoas a fazer angustiantes interrogações a respeito de sua própria natureza. A Reforma não foi apenas a redescoberta do Deus vivo. Ela deu também uma resposta decisiva à questão: Que é o ser humano?

Encontramo-nos hoje em uma encruzilhada semelhante. Os acontecimentos trágicos e sangrentos que a humanidade experimenta há trinta anos, com seu inimaginável cortejo de crueldades, e o abalo das formas clássicas de pensamento provocado pelas descobertas científicas modernas levam todas as pessoas afeitas à reflexão – a da rua ou a sábia – a se perguntarem: Quem é esta estranha criatura chamada ser humano? Donde vem e para onde vai? Por que meios ela pode conhecer-se a si mesma com segurança?

Essas indagações tornam-se angustiantes quando sentimos que nada significativo pode ser feito na vida sem as termos respondido previamente. Se não sei o que sou, não há amor possível; o homem e a mulher se buscam sem jamais se encontrarem; o trabalho torna-se estupidez; a sociedade humana não pode ser edificada; não há nenhuma esperança em nenhum lugar.

Na verdade, essa indagação fundamental permanece sem resposta para a grande maioria das pessoas de nosso tempo. E sua angústia, portanto, aumenta na medida em que se apercebem de que as respostas que lhes são dadas são mentirosas. Procura-se fazer crer que as pessoas de hoje estão divididas em dois clãs, o dos ateus de um lado e o dos que crêem em Deus de outro, e que vale a pena sacrificar a vida por um desses clãs. Mas eles descobrem bem cedo que o ateísmo está nos dois lados: um ateísmo dogmático de um lado e um ateísmo pragmático de outro, ambos levando em última análise à mesma mentira, à mesma traição do ser humano. Assim, chegam todos gradualmente, pelos caminhos variados da intuição e da reflexão, ao mesmo pessimismo, ao mesmo vazio espiritual anunciado com eloquência (em nome de milhões de mudos) pelos Albert Camus, Jean-Paul Sartre, Jean Anouilh e, com mais leveza, Françoise Sagan.

Pela sua recusa obstinada dos valores convencionais superados, Camus realizou verdadeira operação de higiene mental e espiritual no nosso Ocidente cansado. Ele tem o grande mérito de ter desmascarado a falácia dessa equívoca mistura

de ideologia política e de idealismo religioso próprio do cristianismo da grande massa dos batizados de nossas igrejas. Mas Camus reconstrói alguma coisa? As negações pessimistas às quais ele chega, com todos os filósofos do absurdo, apenas tornam ainda mais urgente a descoberta de um novo humanismo. Por conseguinte, antes de qualquer discussão e qualquer ação no mundo presente, importa saber o que é o ser humano. Não se pode elaborar nenhuma moral pessoal e nenhuma política sem essa resposta prévia.

Estamos convencidos de que o humanismo evangélico de Calvino, nos seus pontos essenciais, nada perdeu de sua atualidade. Queremos, pois, examinar o que ele nos diz sobre a natureza da pessoa humana e da sociedade, antes de tratar dos problemas sociais relacionados com o dinheiro e o trabalho.

1. OS FUNDAMENTOS DO HUMANISMO DE CALVINO

No início de sua pesquisa impaciente sobre a verdadeira natureza do ser humano, humanistas e reformadores faziam frente comum contra a cristandade tradicional. A igreja de então tinha passado pela mesma evolução por que passa o cristianismo oficial de nossos dias. Considerando-se um fim em si, essa igreja acabara por enclausurar o ser humano na religião ao invés de liberá-lo para se abrir a Cristo. De modo geral, humanistas e reformadores estavam, pois, na busca do ser humano verdadeiro, do ser humano desvencilhado das falsas místicas e liberto das servidões sociais que o desnaturavam. Muito cedo, porém, seus caminhos se separaram. Alguns humanistas, herdeiros da Antiguidade pagã valorizada pela Renascença italiana, admiravam o ser humano no seu encanto exterior: sua arte, sua cultura, seu comportamento social e – Maquiavel, por exemplo – sua galanteria combinada com a política. Essa imagem do ser humano lhes bastava. Estavam convencidos de que a resposta à indagação sobre o destino do ser humano só poderia ser encontrada no próprio ser humano e na natureza à qual ele pertence.

Outros humanistas, porém, sobretudo teólogos, herdeiros da tradição cristã naquilo que essa tradição tem de mais autêntico, se recusavam a admitir tal simplificação, tal abstração. Para eles, o ser humano verdadeiro só poderia ser redescoberto a partir de Deus, que pode dizer ao ser humano o que ele é. Rejeitaram, assim, com uma veemência que suscitou candentes polêmicas, as pretensões daqueles outros humanistas que pretendiam conhecer o ser humano a partir do ser humano.

Na França, porém, a atmosfera era diferente. O humanismo aí respeitava mais a teologia. O retorno à Antiguidade, preconizado pela Renascença, significava também – para Lefèvre d’Étaples, Margarida de Navarro, Guilherme Budé e mesmo para Francisco Rabelais – a volta às fontes da civilização judaica e cristã, o estudo renovado dos textos do Antigo e do Novo Testamentos.

Por outro lado – é mister dizê-lo – a busca de Deus era menos mística sob o céu claro da França do que nos nevoeiros da Alemanha. Mais do que na alma ansiosa do indivíduo cristão, o Deus vivo se encontrava na sua Palavra, na revelação real que Ele nos dá aí pelo seu Espírito Santo, iluminando o antigo testemunho dos profetas e dos apóstolos. O teocentrismo dos reformadores franceses não excluía, pois, de modo absoluto, o antropocentrismo dos humanistas: os dois métodos podiam concorrer para o conhecimento do ser humano com luzes diferentes.

A diferenciação clara das atribuições desses dois campos explica a grande liberdade com que Calvino soube combinar as valiosas conquistas do humanismo com os ensinamentos insubstituíveis da teologia, sem, todavia, cair nas enganosas sínteses almejadas pela escolástica romana e que importava evitar a todo preço (o que explica também as diatribes de Lutero contra as confusões de Erasmo).

Calvino foi, portanto, um humanista. E o foi no seu mais alto grau porque, ao conhecimento natural do ser humano pelo próprio ser humano, acrescentou, sem confundir, o conhecimento do ser humano que Deus revela à sua criatura através de Jesus Cristo. Não se tratava, pois, de dar as costas ao humanismo e, sim, de suplantá-lo, dando-lhe talvez as suas mais amplas dimensões. De um conhecimento puramente antropocêntrico, Calvino queria passar ao conhecimento do ser humano total, cujo centro se localiza no mistério de Deus.

Por vezes, ele se opôs aos humanistas, mas sua oposição não visava tanto ao humanismo como tal e, sim, ao ateísmo e ao antropocentrismo exclusivo de alguns, confinados no seu orgulho intelectual e numa confiança ilimitada no ser humano incompatíveis com a fé cristã.

Resumindo, enquanto a ciência da Idade Média foi a teologia, o estudo de Deus, a da Renascença foi o humanismo, o estudo do ser humano. A ciência de Calvino, por sua vez, é um humanismo teológico que inclui, a um tempo, o estudo do ser humano e da sociedade através do duplo conhecimento do ser humano pelo ser humano, de um lado, e do ser humano por Deus, de outro.

Quem é esse ser humano do humanismo de Calvino? Que ser humano sou

eu, segundo o pensamento do reformador? E o que queremos examinar a seguir.

2. A NATUREZA DO SER HUMANO

Interrogar o ser humano, no seu estado presente, a fim de saber qual é a sua verdadeira natureza, não é suficientemente realista, segundo Calvino. O ser humano, no seu estado atual, é incapaz de dizer algo seguro a respeito de si mesmo, visto que ele não conserva de sua natureza autêntica senão uma imagem imprecisa e apagada. Ele não é o ser humano que era, não corresponde mais ao seu modelo original. É um ser humano desnaturado pelo pecado. Que pode ele saber sobre si mesmo? Que pode ele conhecer de essencial? Sem dúvida, sua razão é ainda capaz de penetrar alguns mistérios da sua natureza temporal, da sua constituição física, da sua estrutura mental e dos seus mecanismos sociais. Calvino insiste bastante sobre a suficiência do conhecimento humano nos domínios físicos, intelectuais e até políticos, em certa medida. Graças a isso, contribuiu amplamente para o desenvolvimento das ciências modernas. Haja vista a importância numérica dos sábios protestantes no Ocidente nos séculos que se seguiram à Reforma.

Mas a razão humana é impotente para dar ao ser humano uma consciência mais profunda e mais essencial de si mesmo e da sociedade. A identidade final de sua própria natureza só lhe pode ser comunicada pelo próprio Deus. Ora, a comunicação natural do ser humano com Deus estando rompida, não há caminho que vá do ser humano a Deus. Nisso consiste aquilo que se denomina o pessimismo radical de Calvino, que, na verdade, nada mais é que seu evangelismo fundamental. O ser humano, por si, é incapaz de reencontrar Deus; só Deus tem o poder de se comunicar com sua criatura.

E Deus exerce esse poder. Como? Dirigindo-se ao ser humano pela sua Palavra, enviando-lhe seu Filho único, que é sua Palavra eterna. Essa Palavra irrompeu no seio da humanidade sob Pôncio Pilatos, mas preexistia junto a Deus desde a eternidade. Os profetas e os apóstolos deram dela um testemunho claro, antes e depois de sua vinda.

Que diz essa Palavra de Deus a respeito do ser humano? Podemos apontar cinco aspectos sucessivos na resposta a essa pergunta. Em primeiro lugar, ela diz ao ser humano quem ele era na origem, no desígnio de Deus, isto é, qual sua verdadeira natureza original. Em seguida, mostra-lhe quem é ele agora, na sua humanidade atual, em contraste com sua natureza original. Em terceiro lugar, descreve-lhe como

Deus se empenha por restaurar a humanidade na humanidade de seu filho Jesus Cristo. Ensina-lhe, a seguir, o que lhe acontece quando, aqui na terra, enquanto ser humano caído, ele se deixa alcançar por Deus para participar da restauração da humanidade em Cristo. E, por fim, indica-lhe o que ele será no mundo perfeito de Deus, no fim dos tempos, quando for plenamente revestido de sua nova natureza.

O que era esse ser humano, pois, na origem? A Palavra de Deus nos dá uma imagem extremamente lisonjeira da natureza primeira do ser humano, imagem como nenhum humanista de nenhum tempo jamais ousaria conceber. O ser humano, com efeito, é aí criado à imagem de Deus. “*A mais nobre e a suprema obra-prima na qual aparece a justiça, a sabedoria e a bondade de Deus*”, escreve o reformador. Além disso, o ser humano é colocado no centro e no ápice de toda a criação, a qual é chamada a servi-lo. Ele é “*como vigário de Deus no governo do mundo*”, diz Calvino. É sua a vocação de explorar todas as riquezas do vasto Universo e de sujeitá-las. Veremos, mais adiante, a importância dessa vocação do ponto de vista econômico.

Em tudo isso, porém, o ser humano é ser humano na medida em que permanece sujeito a seu criador. Ele só é livre na servidão ao seu Deus; sua liberdade é autêntica quando participa da liberdade de Deus, ao qual ele está sujeito. Fora dessa liberdade, recebida sem constrangimento na sujeição pelo amor, só há escravidão e aniquilamento do ser humano. Ele perde a liberdade tão logo, na tentativa de buscar seu próprio eu e sua própria liberdade, afaste-se de Deus que é sua liberdade. Descamba, então, na escravidão do mundo, do ego e da natureza, escravidão que ele denomina liberdade.

Tal é a situação do ser humano atual. Escolhendo a liberdade fora de Deus, ele cai, e cada vez mais, na escravidão. Torna-se escravo do seu próprio eu e sua aparente autonomia significa sua própria destruição. Seu destino é sombrio, e o fim de todo ser humano atual é a morte.

O ser humano que conhecemos, o ser humano que analisamos, o ser humano da psicologia, o ser humano que a ciência examina, o ser humano da literatura e o ser humano do humanismo profano não é, pois, o ser humano autêntico. Não passa de pálida aparência do ser humano verdadeiro, uma contrafação, uma caricatura. Tal ser humano não pode ter nenhuma esperança de realizar qualquer coisa. Todos os seus empreendimentos, apesar dos seus dons maravilhosos que ainda dão testemunho da majestade da obra de Deus, estão fadados a morrer. A análise

desesperadora que, depois de Calvino, nos dão dessa realidade os Camus de todas as épocas é mais justa, mais realista e mais evangélica que a dos idealistas religiosos ou profanos que, sem querer, enganam o ser humano natural, fazendo-o crer que basta imaginar aquilo que ele gostaria de ser para sê-lo.

Essa visão pessimista do ser humano, contudo, não é a única que Calvino encontra no Evangelho. É, nesse ponto, que o humanismo da Reforma se distingue absolutamente do humanismo do absurdo e do humanismo ateu de nosso tempo. Calvino se lembra sempre de outro ser humano que viveu entre os seres humanos, o ser humano de uma nova criação, o novo Adão, o Cristo eterno, que, durante algum tempo, viveu aqui na terra como o Jesus da história, o filho do carpinteiro José. Nele se encontra o ser humano original, a verdadeira imagem de Deus, a semelhança perfeita do Criador. Filho de José e concebido em Maria, ele é, ao mesmo tempo, o Filho bem-amado de Deus em quem atua o poder divino do Espírito Santo.

Nele encontramos, afinal, o ser humano verdadeiro, o ser humano inteiramente livre, o ser humano em plena posse de sua humanidade, porque livremente submisso a seu Pai, inteiramente sujeito a Deus, sem compulsão, pelo mero vínculo do amor gratuito. Desde então, o ser humano caído e desnaturado, que é toda criatura humana, poderá encontrar nessa única criatura perfeita o caminho de sua própria restauração. Não importa a raça ou a religião a que pertença e nem o lugar onde habite, o ser humano pode agora recuperar sua humanidade ouvindo e seguindo Jesus Cristo.

Quando, pelo arrependimento (e pelo batismo), entra em comunhão com o Cristo ressuscitado e invisível, o ser humano recebe uma nova natureza, recobra sua verdadeira natureza. Embora recuperada totalmente, em princípio, por aquele que se consagra a Cristo, essa nova natureza é apenas perceptível em parte. Ela emerge, cada dia de novo, na vida do ser humano pela santificação; mesmo assim, ela permanece oculta pelo pecado até o fim. Nossa humanidade plena e completamente restaurada só nos será conhecida no mundo vindouro. No presente, porém, a humanidade do ser humano cristão estará em constante contradição com sua inumanidade. Ele é um pecador perdoado, justificado, um pecador regenerado, mas ainda assim um pecador até o fim de seus dias.

Aí está a natureza autêntica do ser humano, sua imagem real, dramática e dinâmica, que Calvino descobriu no Evangelho.

3. O DINAMISMO DA PESSOA

Esse ser humano do qual falamos é diariamente impelido pelo Espírito Santo ao combater, à disciplina e, digamo-lo, a uma verdadeira ascese. Tudo isso para sua regeneração. Transformado por Cristo, o novo ser humano encontra-se em luta sem tréguas com seu próprio eu e com todas as forças que ameaçam desnaturá-lo.

A graça nunca é um dom que o reduz à passividade. Ao contrário, provoca nele uma atividade transbordante e põe em movimento todas as suas potencialidades, de tal modo que, para realizar plenamente sua humanidade, ele deve lutar incessantemente contra sua própria inumanidade. Ele sabe que, afastando-se da vontade de Deus expressa na lei do Antigo e do Novo Testamentos, se deteriora, corrompe e arruína sua humanidade e perde sua liberdade.

A fim de permanecer em sua humanidade, o ser humano deve, pois, impor-se rigorosa disciplina. Antes de mais nada, disciplina do espírito. Pela oração e pela apropriação pessoal e contínua da Escritura Sagrada, ele renova a todo instante sua comunhão com Jesus Cristo. Pelo domínio de seu pensamento, de seu coração e de seu corpo, ele exprime o domínio do Espírito Santo sobre sua pessoa. Pelo dinamismo de sua ação e pelo controle de seu comportamento individual e social, ele reflete o testemunho de sua sujeição ao amor atuante de Deus.

Essa disciplina, repetimos, é uma ascese na liberdade, um constrangimento que o ser humano se impõe livremente. O ser humano adquire sua própria humanidade porque Cristo a tornou possível, desde que se renuncie. O dinamismo do Espírito Santo, o poder do amor que age no ser humano, leva-o necessariamente ao encontro do próximo do qual ele não pode privar-se sem prejudicar sua própria humanidade.

Examinemos, agora, a pessoa nas suas relações com o outro.

4. A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE

O que acabamos de dizer a respeito da pessoa humana e da sua natureza não é suficiente para caracterizá-las inteiramente. Até aqui só falamos do ser humano como se ele pudesse existir só, como se ele pudesse ser reconhecido como ser

A igreja é chamada católica ou universal porque dela não se pode fazer duas ou três sem se rasgar Jesus Cristo, se acaso isso fosse possível.

humano na solitude.

Ora, o humanismo evangélico de Calvino é, antes de mais nada, um humanismo social. Primeiramente porque o ser humano, por natureza, só é verdadeiramente ser humano na medida em que vive com outras pessoas. É nas relações com o outro que o ser humano se realiza. “*O ser humano foi criado por Deus para ser uma criatura em sociedade,*” diz Calvino.

Esse caráter social natural expressa-se, primeiro, no casal e se desenvolve na comunidade familiar. Completa-se no trabalho e no jogo das relações econômicas. Dessarte, a comunhão humana se realiza nas inter-relações que decorrem da divisão do trabalho, visto que cada pessoa é chamada por Deus para uma atividade particular, parcial e complementar da atividade das outras. A comunicação natural dos bens e dos serviços é o sinal concreto da solidariedade profunda que une o gênero humano.

O ser humano é, pois, naturalmente chamado a viver na companhia conjugal, familiar e na sociedade dos trabalhadores. Mas essa ordem social primitiva sofreu, como o próprio ser humano, perturbações graves. Separando-se de Deus a fim de afirmar sua liberdade, o ser humano não se destrói apenas individualmente. Suas relações sociais também são pervertidas e toda sua vida em sociedade e suas trocas econômicas são desnaturadas. Imaginando encontrar sua liberdade fora de Deus, ele acaba sucumbindo na escravidão combinada de sua própria natureza, de sua vida sexual e afetiva, e de seu trabalho. Torna-se o tirano de seu próximo toda vez que consegue evitar ser seu escravo. Corrompem-se, assim, todas as hierarquias naturais. Vida conjugal, vida familiar e a sociedade inteira são falsificadas pela queda do ser humano.

Dessarte, a sociedade que conhecemos, na qual contraímos e dissolvemos o matrimônio, na qual firmamos e rompemos os vínculos sociais do nosso trabalho, na qual agem as pessoas da política, essa sociedade, ao mesmo tempo concreta e impenetrável, analisada pelos sociólogos, não é afinal uma sociedade normal. Ao contrário, é desorganizada e fundamentalmente corrompida a ponto de a sua natureza essencial escapar ao nosso conhecimento. A idéia de Rousseau, segundo a qual a sociedade corrompe as pessoas, que nascem boas, não é bíblica. Antes, a sociedade é corrompida porque os indivíduos o são também. Como a conhecemos, a sociedade atual é apenas o resíduo deteriorado da sociedade original tal como Deus a concebeu e como Deus a deseja quando trabalha hoje pela sua restauração.

Como é possível sua restauração? Vimos de falar da nova humanidade que o ser humano recebe na comunhão em Cristo. Ora, essa nova natureza – acentue-se – o ser humano não a recebe só. O nascimento da vida cristã é, por definição, um fenômeno comunitário. Não existe vida cristã individual. Acreditar que tal coisa possa existir é uma ilusão religiosa. A comunhão em Cristo faz necessariamente do indivíduo um membro de seu corpo. Cristo é a cabeça desse corpo e cada crente regenerado pela fé é ligado a esse corpo, tornando-se um de seus membros indispensáveis. Isso significa que, na verdade, a vida cristã é impossível fora da comunhão visível e contínua da igreja. “*Os eleitos de Deus, diz Calvino, são de tal modo ligados a Jesus Cristo que dependem todos do mesmo chefe e fazem todos parte do mesmo corpo.*” Aliás, a própria igreja, como os seus membros, a despeito de suas divisões exteriores, é *una* em todo o mundo e em todos os tempos. “*A igreja, diz ainda o reformador, é chamada católica ou universal porque dela não se pode fazer duas ou três sem se rasgar Jesus Cristo, se acaso isso fosse possível.*”

Certamente, a instituição eclesiástica, a igreja organizada, não é sempre e nem necessariamente a Igreja de Jesus Cristo. Ela pode reduzir-se – o que acontece com frequência na História – a mera organização sociológica e religiosa que nega Cristo mesmo quando utiliza o seu nome. Inversamente, porém, não há vida cristã real fora de uma comunidade visível, por mais débil que seja numérica e humanamente falando. “*Não é viável, escreve Calvino, que os que são verdadeiramente persuadidos de que Deus lhes é o Pai comum e que Cristo é o chefe de todos eles não sejam unidos entre si pelo amor fraterno e não busquem em comum o bem uns dos outros.*”

A existência, no seio da sociedade humana, desse núcleo celular que é a comunidade dos cristãos, por pequena que seja, constitui o estímulo para a restauração social da humanidade, desde que, evidentemente, essa pequena comunidade seja verdadeiramente cristã. A igreja, com sua comunidade de homens e mulheres reais que recuperam em Cristo sua humanidade, torna-se o embrião de um mundo inteiramente novo onde as relações sociais, outrora pervertidas, reencontram sua natureza original.

É na comunidade da igreja, pois, na paróquia dos crentes regenerados que se irá descobrir a imagem da vida social restaurada, da sociedade como Deus a tem desejado. Imagem fragmentária, é verdade, em virtude da persistência do pecado na vida de cada cristão, mas ainda assim válida porque imagem que corresponde ao

desígnio de Deus. Pela presença atuante de Cristo, as células naturais da sociedade corrupta encontrarão na igreja a vida sã para a qual tinham sido concebidas.

Comecemos pelo casal. Restituindo-lhes a humanidade, Cristo proporciona ao homem e a mulher a possibilidade de se encontrarem num verdadeiro *vis-à-vis*. Somente a intervenção cotidiana de Cristo pode restaurar o casal, naturalmente dividido. Desaparecem, assim, as tendências do homem de considerar a mulher como inferior. Em Cristo, não há mais nem homem nem mulher. “*Não há nenhuma aceção de macho ou de fêmea, diz Calvino. Quanto ao Reino de Deus, espiritual que é, não há nele distinção nem diferença entre o homem e a mulher.*”

Não é viável que os que são verdadeiramente persuadidos de que Deus lhes é o Pai comum e que Cristo é o chefe de todos eles não sejam unidos entre si pelo amor fraterno e não busquem em comum o bem uns dos outros.

Por outro lado, Cristo dá aos celibatários a coragem e a alegria de viverem sua vocação. Na desordem presente da sociedade em que nem toda pessoa consegue encontrar seu parceiro, o celibato faculta, ao que o vive na fé, a recuperação de sua personalidade de modo mais autêntico do que no casamento sem comunhão em Cristo.

Passemos à família. Somente a mediação de Cristo pode reconstituir os laços familiares tão facilmente rompidos pelas múltiplas forças do pecado.

Enfim, as outras formas sociais. As relações sociais são de tipos diversos. A comunhão em Jesus Cristo abole ou suplanta todas as divisões sociológicas que separam os seres humanos e que destroem a vida harmoniosa da sociedade. É o que ocorre nas relações de trabalho, das quais falaremos mais longamente adiante. Em Cristo, não há mais nem escravo nem livre. Isso significa que os cristãos, quando vivem pela fé autêntica, tomam consciência dos determinismos do seu meio social, mas ainda assim encontram seus irmãos numa fraternidade que exclui toda discriminação.

Da mesma forma quanto às relações nacionais. A diversidade dos caracteres nacionais é uma riqueza social que deve ser cultivada. Por outro lado, o nacionalismo, que exalta essas diversidades e faz delas valores sagrados e exclusivos, é uma

forma perniciosa do paganismo, absolutamente hostil à fé cristã porque corruptora da sociedade humana. Em Cristo, não há mais nem judeu nem grego. Isto é, no seio da comunidade universal dos cristãos abole-se todo antagonismo nacional; o estrangeiro é recebido como irmão no seio da comunidade local.

Importa lembrar a propósito a luta encarniçada que Calvino travou em Genebra contra essa forma pervertida do nacionalismo religioso. Esse mal aparece toda vez que a pátria é erigida em valor sagrado e o culto dos antepassados ou da nação é identificada com o culto cristão. Reconhece-se a autenticidade de uma igreja cristã à luz de seu discernimento espiritual sobre essa matéria e de sua recusa de tais confusões.

Subentende-se que a abolição das divisões entre as raças é também uma das características de toda comunidade cristã autêntica.

A restauração dos vínculos sociais na igreja estende-se ainda às relações entre ricos e pobres. Mais adiante dedicaremos a esse assunto um estudo especial. Basta-nos indicar aqui que a comunhão espiritual entre membros do corpo do Cristo, manifestada de modo particular no momento da Santa Ceia, é acompanhada necessariamente de mútua comunicação de seus serviços e de seus bens. Se não for assim, prova-se que a comunhão espiritual buscada por esses membros não passa de pura ilusão e perigosa falácia. *“Os santos, diz Calvino, são de tal modo congregados na associação com Cristo, que devem comunicar mutuamente entre si todos os dons que lhes são conferidos por Deus.”* Dessa imperiosa necessidade é que nasceu na igreja a forte organização do diaconato, tipicamente calvinista. O diaconato é o órgão de redistribuição dos bens e dos serviços dos membros da comunidade entre si e para os de fora. Nosso diaconato atual é um pálido e remoto reflexo dessa instituição, porque a consciência de ser membro do corpo de Cristo e da responsabilidade que daí decorre desapareceu quase completamente de nossas igrejas.

Vemos, por esses exemplos, que o humanismo social de Calvino visa não somente a restauração da pessoa na sua humanidade original, mas também a restauração da sociedade nas diversas formas de sua existência.

5. A IGREJA, A SOCIEDADE E O ESTADO

A restauração da sociedade, de que vimos de falar, é a obra de Cristo no seio da comunidade dos crentes, no seio da igreja. Ora, a igreja real não se confunde jamais com o conjunto da sociedade. Resta, pois, à margem das comunidades cris-

tãs, uma parcela importante da humanidade que permanece na ignorância das possibilidades de sua restauração. Além disso, a própria igreja é apenas parcialmente restaurada aqui na terra; ela continua parcialmente prisioneira da desordem até o fim dos tempos. Tanto assim que o mundo mergulhará no caos total se abandonado a si mesmo. O advento da igreja, o nascimento da nova humanidade em meio à antiga humanidade, não basta para conter o ímpeto das forças destruidoras do ser humano e da sociedade.

É muito forte, no coração humano, a resistência ao novo que nos é trazido por Cristo. E a igreja encarregada de dar testemunho dessa renovação é não raro pouco consciente de seu dever missionário de impregnar todo o corpo social.

Para evitar, pois, que todas as coisas descambem para a desordem e o caos, Deus suscita, no quadro geral da sociedade, uma ordem provisória a que Calvino dá o nome de ordem política. Essa ordem consiste não na renovação do ser humano por Cristo na sua liberdade, mas, ao contrário, em manter o ser humano dentro de uma moral relativa mediante a coação.

Os agentes dessa ordem são, de um lado, a lei moral externa e convencional que dirige os indivíduos e, de outro, a lei do Estado eficazmente aplicada pelas instituições governamentais.

A ordem política é relativa e provisória, à espera do fim dos tempos. Depois do juízo final, a humanidade recuperará plenamente sua natureza original; viverá, então, espontaneamente na paz social porque será livremente submissa à ordem de Deus. Contudo, enquanto aguardam esse acabamento final, todas as sociedades têm necessidade de uma ordem provisória, de uma ordem humana para viver. E essa ordem é a política. A política não é, pois, sem relação com a ordem de Deus. Ela deve representar, em todas as sociedades, a ordem que mais se aproxima da ordem de Deus, tendo-se em conta o desenvolvimento espiritual dos habitantes em um lugar e em um momento dados. Quanto mais fiéis os cristãos e mais numerosos no seio de uma sociedade, melhor será a ordem política nessa sociedade. Inversamente, quanto menos os seres humanos regenerados pela fé, menos conforme ao desígnio de

A presença fiel da igreja é indispensável para a vida da sociedade, em todas as suas dimensões. Ela é o fermento regenerador da vida social, política e econômica.

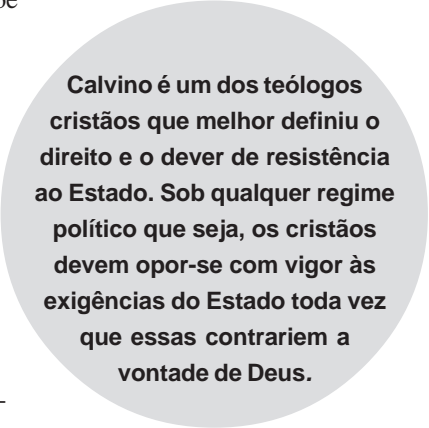
Deus será a vida social da igreja e menos satisfatória será a ordem política, o direito e os costumes.

Vemos, pois, que a presença fiel da igreja é indispensável para a vida da sociedade, em todas as suas dimensões. Ela é o fermento regenerador da vida social, política e econômica. E se a igreja é morta, se ela não chega a ser a comunidade dos membros do corpo de Cristo, se sua presença não imprime à sociedade total o impulso de sua própria e constante regeneração pela Palavra de Deus, então, ela mesma participa na propagação da desordem social.

Por seu turno, o Estado, ao qual cabe manter pelas leis e pela coerção a ordem política, não dispõe de outra garantia contra sua própria corrupção. Com efeito, se a igreja real não o chamar constantemente à sua missão, o Estado torna-se também um fator de desordem. O Estado por si mesmo não conhece a ordem de Deus; cabe à igreja dar-lhe testemunho dela.

A questão de saber se os magistrados ou governantes devem ser pessoalmente crentes não é, no fundo, tão importante. Calvino preferia, é claro, que o fossem. Mas, nas palavras de encorajamento dirigidas às igrejas perseguidas, ele mostrou com clareza que a obediência dos cristãos aos magistrados não era de maneira alguma condicionada à fé ou ausência de fé das autoridades. Quaisquer que sejam as opiniões políticas ou religiosas professadas pelos governantes, os cristãos devem respeitar a ordem política histórica na qual se encontram, visto que essa ordem é indispensável para a vida da sociedade à qual pertencem. Ainda mais, pela sua ação política, devem participar ativamente na sua contínua restauração, já que nenhuma ordem social, qualquer que seja, não alcança jamais a perfeição que Deus deseja para a humanidade.

Contudo, a submissão que os cristãos devem ao Estado é porventura incondicional é ilimitada? Seguramente não. Calvino é um dos teólogos cristãos que melhor definiu o direito e o dever de resistência ao Estado. Sob qualquer regime político que seja, os cristãos devem opor-se com vigor às exigências do Estado toda



Calvino é um dos teólogos cristãos que melhor definiu o direito e o dever de resistência ao Estado. Sob qualquer regime político que seja, os cristãos devem opor-se com vigor às exigências do Estado toda vez que essas contrariem a vontade de Deus.

vez que essas contrariam a vontade de Deus. Esse direito imprescritível de resistência, muito tipicamente calvinista, não contradiz o imperioso dever cristão de submissão às autoridades. Ao contrário, exprime o limite necessário desse dever. Isso porque, em qualquer tempo ou circunstância, o cristão só tem um senhor, Jesus Cristo. A obediência parcial que ele deve aos seus senhores humanos, a seus pais, a seus mestres, a sua esposa ou a seu esposo, a seus patrões, a seus superiores militares e aos governantes é uma obediência derivada, condicional, sempre subordinada à única autoridade absoluta que é Jesus Cristo.

A resistência política dos cristãos não poderia jamais levar à oposição global ao governo. Antes, o testemunho profético dos cristãos deve dirigir-se a pontos precisos. E, se tal resistência provocar a perseguição, a igreja cristã deverá revestir-se de coragem e nunca se desesperar. Ela saberá que, permanecendo fiel em todas as coisas, contribui decisivamente para a salvaguarda da sociedade da qual ela é solidária. Essa é sua maneira de agir com civismo e patriotismo, no sentido mais profundo e nobre desses termos.

Cabe, pois, à igreja verdadeira, aos cristãos vigilantes e conscientes de sua obediência a Cristo, discernir continuamente em cada época e em cada situação os pontos em que devem apoiar e fortalecer os governos no poder, como também aqueles pontos que, ao contrário, demandam resistência efetiva.

Decorre desse ensino político de Calvino que o cristão não pode ser, salvo em casos inteiramente excepcionais, um revolucionário radical, que busca subverter indiscriminada e totalmente a ordem social na qual vive. Mas ele não pode, tampouco, ser um conservador integral. Isso porque o cristão é, por definição e por natureza, tanto no plano político como no eclesiástico, um contínuo reformador que busca ajustar cada vez mais a vida da comunidade e da sociedade à vontade de Deus.

Resumindo: os cristãos participam obrigatoriamente na vida política ativa quando são conscientes da responsabilidade que deriva de sua fé. E o fazem de três maneiras seguintes.

1. Contribuindo, em primeiro lugar, pelo seu engajamento pessoal, a construir no seio da sociedade uma comunidade cristã tão fiel quanto possível ao Evangelho. Nisso reside, seguramente, sua colaboração mais importante à vida cívica do país. E nisso fazem prova de patriotismo esclarecido.
2. Em seguida, participando pessoalmente na ação política para aperfeiçoar cada vez mais a vida da sociedade pelos meios legais e institucionais.

3. Enfim, recusando-se energicamente a obedecer ao Estado toda vez que este lhes impõe deveres incompatíveis com as exigências do Evangelho.

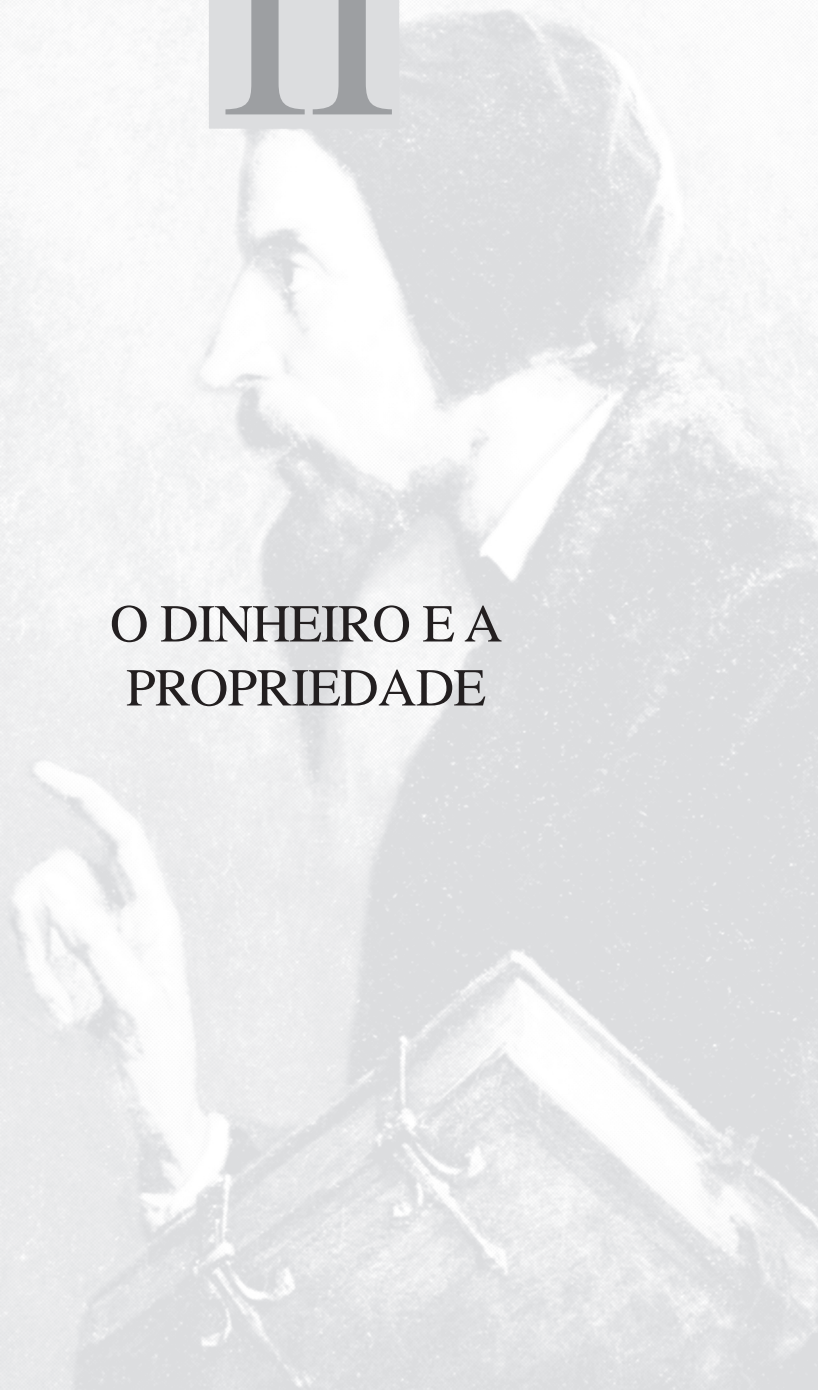
Importa assinalar, a esse propósito, que Calvino opôs-se seriamente, em nome da fé cristã, ao uso de armas pelo Estado em circunstâncias nas quais as intervenções militares pareciam justificáveis, humanamente falando. Repudiou firmemente, por exemplo, os apelos à guerra contra os governos de Estados considerados inimigos da fé (conhecem-se, por outro lado, as cruéis perseguições sofridas pelos protestantes nesses Estados). Denunciou – como o fez também o reformador Zuínglio – a iniquidade do serviço militar mercenário que, sabe-se bem, concorria para a riqueza e glória dos suíços. Só admitia o recurso às armas em caso de defesa do Estado legítimo. Voltaremos a essa questão no último capítulo.

Esse quadro das relações entre a igreja e o Estado, muito característico do ensino calvinista, tem sido freqüentemente deformado. Tem-se falado erradamente, por exemplo, de uma teocracia estabelecida em Genebra por Calvino. Erradamente, porque nunca passou pelo espírito do reformador a idéia de uma identidade entre a igreja e o Estado. E jamais – lembremo-lo – Calvino exerceu qualquer poder político. Ao contrário, lutou durante sua vida contra as intromissões de um Estado que desejava sujeitar a igreja à sua vontade.

Todavia, pode-se justamente censurar o reformador de ter solicitado a intervenção do poder temporal para sancionar medidas disciplinares da igreja. O drama de Miguel Serveto ilustra esse erro. Tal exagero, porém, explica-se pela dureza dos dias de exceção em que – e isso tem sido facilmente esquecido – vivia o reformador. E, o que é mais importante, esse erro pode ser combatido a partir da própria doutrina de Calvino, o que prova ser ele muito mais accidental que fundamental. Aliás, veremos, no último capítulo, o que na doutrina calvinista é ainda válido em nossos dias e o que, a nosso ver, pode ser posto de lado.

III

O DINHEIRO E A PROPRIEDADE



Tem-se dito que o pensamento e a obra de Calvino inspiraram, em seus herdeiros, tanto o conservadorismo social mais intransigente quanto o socialismo revolucionário mais atuante. Verifica-se, com efeito, que movimentos políticos e sociais de diversas orientações, por vezes até mesmo violentamente opostos, invocam Calvino para se justificarem. Na realidade, uns e outros inspiram-se – de boa fé, possivelmente – naquela parte dos escritos do reformador que dá razão a suas opções prévias, deixando de lado aquilo que, na obra imensa e complexa desse teólogo, contraria tais opções. É assim que certa tradição calvinista, ortodoxa no plano teológico e conservadora no plano político, caracterizou algumas sociedades protestantes com traços de um tenaz imobilismo espiritual e político que acobertava e, por vezes, disfarçava uma atividade econômica desenfreada. Mas é também de Calvino e de sua interpretação dinâmica da liberdade espiritual do Evangelho que muitos movimentos de cristianismo social protestante, negligentes quanto à verdadeira fidelidade ao ensino do reformador, receberam seu impulso.

Se examinarmos de perto não somente o pensamento, mas também a ação pessoal de Calvino, e os tomarmos não parcialmente, mas na sua totalidade, perceberemos que a obra desse mestre pode ser definida como um socialismo personista ou, se preferirem, um personismo social. Baseando-se no Evangelho, Calvino se preocupava, por um lado, em garantir ao ser humano o desabrochar integral de sua vida pessoal e, por outro, em preservar inteiramente a solidariedade e a fraternidade que, em Cristo, unem as pessoas umas às outras.

Esboçamos no primeiro capítulo as premissas desse personismo social. Queremos examinar agora o lugar que ele atribui ao dinheiro e o significado que dá à propriedade.

1. A VIDA ECONÔMICA E SOCIAL NO TEMPO DE CALVINO

A sociedade ocidental vivia então em plena efervescência. Deixemos de lado as lutas religiosas da época, tão bem conhecidas. Elas não eram os únicos fatores de ruptura com a velha sociedade. Esta se fragmentava sob o impacto de inúmeras forças sociológicas. Havia as lutas militares sanguinárias a que se entregavam tantos monarcas ansiosos de prestígio individual. A Europa sofreu as devastações quase que ininterruptas das guerras dos 100 anos, das guerras da Borgonha e das guerras da Itália. Havia ainda os movimentos revolucionários desencadeados por

uma transformação econômica profunda.

O descobrimento do Novo Mundo canalizou para a Europa ouro em quantidade para fecundar inúmeras indústrias e para multiplicar as trocas comerciais.

Os antigos quadros corporativos não podiam mais conter nem orientar essa transbordante atividade. Nascia, assim, um capitalismo não controlado e que se desenvolvia rapidamente fora dos antigos centros urbanos de produção. Ao mesmo tempo em que gerava o aumento vertiginoso do custo de vida, esse desenvolvimento econômico produzia a depreciação da mão-de-obra, o que provocava a proletarianização rápida das cidades e dos campos. Acumulavam-se as grandes fortunas e seu número se multiplicava ao mesmo tempo em que proliferavam as massas miseráveis.

O fermento do Evangelho, trazido ao povo em primeiro lugar pela descoberta da imprensa, depois pela pré-reforma e, por fim, pela Reforma, agia nas massas atormentadas não como consolação piedosa que leva à resignada aceitação da injustiça dos grandes e da opressão dos poderosos, mas, sim, como vigoroso estimulante que dava aos crentes coragem para pensar e dizer a verdade. Isso era feito muitas vezes – reconhecamo-lo – com manifesta incoerência, como mostram as extravagâncias dos anabatistas.

Tudo concorria, pois, a precipitar a igreja e a sociedade ambiente naquela profunda ebulição interior da qual nasceriam, não sem sofrimento e sangue, transformações radicais e mutações sociais irreversíveis.

A ação convergente dessas turbulências externas, de um lado, que abalavam as antigas estruturas medievais da sociedade, e a renovação interior da fé pelo contato com o Evangelho redescoberto, de outro, conduzia a igreja, no seu conjunto, a uma compreensão inteiramente nova dos problemas sociais.

O que caracteriza profundamente a mudança trazida pela Reforma é a abertura que a piedade cristã passa a ter para o mundo e, paralelamente, a penetração dos problemas da sociedade no pensamento teológico. Se essa mudança de orientação encontra em Calvino uma expressão original, isso não significa que ele seja detentor exclusivo dela. Na própria Igreja Romana, na época da Reforma, o intenso desenvolvimento das ordens seculares manifesta a mesma necessidade da integração dos problemas do mundo na vida cristã. Esse fenômeno é novo em relação à piedade medieval, que primava pela fuga do mundo. O advento e o sucesso súbito e prodigioso dos jesuítas, por exemplo, é uma ilustração típica e impressionante.

Nada, porém, explica melhor essa total transformação da fé, pensamento e ação dos cristãos que se abriam aos problemas sociais do que a própria conversão de Calvino, em termos de sua passagem da Igreja Romana para a nova fé. Até 1533, ano provável dessa mudança, Calvino vivia a vida erudita e convencional da burguesia católica. Aberto para as idéias novas, como autêntico intelectual, partilhava, todavia, com os humanistas reformistas dos círculos católicos uma piedade equilibrada, que se opunha aos destruidores de convenções e nutria particular desprezo pelo temperamento revolucionário do pequeno povo evangélico. A fé religiosa, de um lado, e a sociedade, de outro, são domínios distintos que só se correspondem no plano da ética individual. Para nos convenceremos de que essa era realmente a maneira de ver de Calvino naquela ocasião, basta ler a obra que publicou na época, a saber, um comentário sobre o *De Clementia*, de Sêneca.

O dinheiro não tem, pois, somente função utilitária. Tem também missão espiritual: é um sinal da graça do Deus que sustenta a vida de seus filhos

Depois de sua conversão, todavia, Calvino passa a intervir com impetuosa liberdade em favor daqueles que o rei e os dirigentes tinham por temíveis revolucionários. Na sua Epístola a Francisco I, com que se inaugura a carreira pública do reformador e que se encontra no prefácio da primeira edição da *Instituição Cristã*, redigida na segunda metade de 1535, ele contende com extremo vigor com aqueles que se recusam a ver que o Evangelho faz exigências no plano político e temporal. A fé e o mundo não são mais dois domínios separados, o religioso e o profano. A preocupação pela cidade temporal torna-se para o cristão reformado a expressão direta de sua fidelidade cristã. É o que se nota quando se estuda o pensamento de Calvino sobre o dinheiro, a riqueza e a propriedade

2. O DINHEIRO COMO INSTRUMENTO DE DEUS

Os bens econômicos, as riquezas materiais são, na doutrina reformada, valores diretamente ligados à fé cristã e intimamente associados com a vida espiritual. Como cristão que se baseia estritamente no Evangelho, Calvino ignora o antagonismo pagão entre pretendidos valores espirituais e realidades materiais. Repudia essa luta milenar que, desde a Antiguidade, lança o espiritualismo contra o materialismo

(luta que, aliás, tornou-se novamente aguda em nossos dias sob o efeito das ideologias ocidentais e comunistas).

Referindo-se à Escritura, o reformador ensina que os bens materiais são os instrumentos da providência de Deus. O dinheiro, enquanto representa esses bens, é o meio do qual Deus se serve para proporcionar ao ser humano o que é necessário para o sustento de sua existência e da de seus companheiros. A riqueza é colocada à disposição do ser humano para que organize sua vida e a da sociedade, da qual é solidariamente responsável.

Além disso, através dos bens materiais e, em particular, do dinheiro que dispensa à sua criatura, o Criador se faz conhecer como Pai benfeitor. O dinheiro não tem, pois, somente função utilitária. Tem também missão espiritual: é um sinal da graça do Deus que sustenta a vida de seus filhos. Ainda mais, o dinheiro é um sinal do Reino de Deus; sinal da abundância do mundo que virá, assim como as riquezas da terra prometida eram para Israel uma prefiguração da opulência da vida futura. Assim sendo, o dinheiro é um sinal de duplo sentido: sinal de graça para aquele que, pela fé, reconhece que tudo lhe vem de Deus; e sinal de condenação para aquele que recebe os bens dos quais vive sem discernir que são dádiva de Deus.

Por essa razão, o dinheiro sempre põe o ser humano à prova. Mediante a penúria, Deus prova alguns para ver se, na pobreza, põem sua confiança nele. Até onde eles realmente esperam de sua fiel providência o necessário para o sustento de sua vida (subentendido, é claro, mediante a obediência no trabalho), e até onde eles pensam que, em última análise, seu esforço pessoal é que lhes garantirá a vida?

Mas também pela abundância, pela prosperidade ou pelo simples bem-estar, Deus põe a prova outros, a fim de medir sua fé. Os ricos ou os que estão bem põem realmente sua confiança ainda em Deus? Ou será que o dinheiro os seduziu a ponto de acreditarem que dispõem agora de um poder independente de Deus? A resposta a essa questão está no uso que fazem da riqueza que Deus concede. A maneira de empregar o nosso dinheiro traduz aos olhos de Deus, com exatidão matemática, nossa fé real, muito mais do que nossas belas palavras ou nossos piedosos sentimentos.

Não há, pois, na escala de valores de Deus, nenhuma correspondência entre o valor espiritual e moral de um ser humano e sua riqueza ou pobreza. O juízo de Deus nada tem em comum com o da moral burguesa.

O que vimos de dizer pode levar a crer que o Evangelho justifica pura e

simplesmente a apropriação individual do dinheiro e dos bens econômicos, recebendo uns mais e outros menos pela só dispensação arbitrária da providência de Deus. No entanto, não é assim que as coisas se apresentam. Já dissemos anteriormente que o ser humano não é, no desígnio de Deus, um indivíduo isolado, mas, sim, uma pessoa cujo desenvolvimento harmonioso está estreitamente ligado ao da sociedade; ele é um ser social, inteiramente solidário com as outras pessoas. Essa solidariedade se exprime, como também indicamos, de modo particular e concreto no intercâmbio mútuo de bens e de serviços.

No desígnio de Deus, portanto, a repartição desigual de riquezas entre as pessoas não visa a favorecer arbitrariamente uns em prejuízo de outros. Essa desi-

gualdade, ao contrário, tem por função provocar a contínua redistribuição dos bens no sentido dos mais ricos para os mais pobres. A vida social, segundo a vontade de Deus, é uma ininterrupta circulação de bens a exprimir concretamente a natureza complementar dos seres humanos entre si e sua necessária solidariedade. Tal circulação é assegurada de modo natural pelas trocas econômicas, tornadas necessárias pela divisão do trabalho, outra expressão da solidariedade humana da qual falaremos mais adiante.

Há, porém, no desígnio de Deus, ainda outro motor de circulação de riquezas: é o amor, capaz de provocar a doação desinteressada de bens que o rico faz ao pobre. Na perspectiva evangélica, é rico aquele que se encontra numa situação privilegiada em relação ao próximo, qualquer que seja o volume de sua riqueza. Somos sempre ricos em relação a alguém. O rico tem, portanto, uma missão econômica providencial: comunicar ao mais pobre parte de sua riqueza, de tal maneira que o pobre deixe de ser pobre e ele mesmo deixe de ser rico. Por outro lado, o próprio pobre tem também sua missão espiritual: ele é destinado a ser o próximo do rico, aquele que da parte de Deus ensaja ao rico desfazer-se de seus bens e de se libertar assim da servidão ao dinheiro.

Na sociedade humana ordenada segundo os propósitos de Deus há, pois,

Não há, pois, na escala de valores de Deus, nenhuma correspondência entre o valor espiritual e moral de um ser humano e sua riqueza ou pobreza. O juízo de Deus nada tem em comum com o da moral burguesa.

uma comunicação mútua de bens que, sem obviamente suprimir de todo as desigualdades, atenua-as consideravelmente. Se nada entrasse essa livre circulação de riquezas, a sociedade tenderia, por um continuo movimento de reciprocidade decorrente da solidariedade humana, a uma igualdade econômica relativa, diferenciada segundo a vocação real de cada um. Isso porque, como veremos a propósito do trabalho e das hierarquias legítimas, nem todos têm a mesma vocação.

Calvino insistiu muito nessa comunicação mútua das riquezas no seio da sociedade, tomando como modelo a redistribuição do maná entre os israelitas. Seu propósito era a igualdade diferenciada segundo a qual, para retomar a expressão do apóstolo Paulo, *“o que muito colheu, não teve demais; e o que pouco, não teve falta”* (2Co 8.15) Eis por que Calvino denomina os ricos *“ministros dos pobres”*, ao passo que os pobres, enviados aos ricos da parte de Deus para colocar à prova sua fé e sua caridade, são chamados *“receptores de Deus”*, *“vigários de Cristo”*, *“procuradores de Deus”*.

Por conseguinte, Calvino observa que, no Evangelho, furtar não é somente o ato de arrebatar um bem que pertence a outro. Furto é, antes de mais nada, a recusa em dar ao próximo aquilo que lhe deve ser atribuído por amor, é guardar para si aquilo que, segundo o direito de Deus e segundo a ordem da caridade, deve reverter ao próximo.

Infelizmente, essa ordem divina de amor sofre em nosso mundo graves perturbações. O mal faz suas devastações na sociedade a tal ponto que a ordem dos bens econômicos é destruída. O dinheiro perde a função que Deus lhe tinha atribuído. De instrumento da vontade de Deus – que era e que é chamado a voltar a ser – o dinheiro se transforma em instrumento da dominação de Mamon.

3. O DINHEIRO COMO INSTRUMENTO DA OPRESSÃO SOCIAL E DA DESORDEM ECONÔMICA

Dissemos, anteriormente, que a busca de uma liberdade ilusória fora de Deus conduziu o ser humano à servidão do pecado e à sua própria corrupção. Calvino demonstrou que essa depravação da pessoa individual levou à perversão de toda a sociedade. A responsabilidade de gerente diante de Deus é o que permitiria ao ser humano fazer o uso devido dos bens materiais, das riquezas e do dinheiro. Mas essa responsabilidade foi destruída pela ação do maligno e literalmente perdida pelo

efeito do pecado. Desde então é o dinheiro que, no coração do ser humano pecador, do ser humano natural como o somos todos enquanto não renovados por Cristo, toma o lugar de Deus. Ele torna-se, assim, instrumento do mal e, identificando-se com o mal, reina sobre a criação. O poder do dinheiro, assim divinizado, toma na Bíblia o nome de Mamon.

Como Satã é extremamente hábil, a divinização do dinheiro raras vezes aparece como grosseira idolatria. Mui poucas são as pessoas que conscientemente adorariam o dinheiro. Satã se insinua no coração do ser humano de forma muito mais sutil. Contenta-se em sugerir que, em última análise, é o dinheiro, e não Deus, que lhe assegura o pão cotidiano e lhe garante o futuro. É

secretamente que Mamon assume o lugar de Deus. Uma vez ocupado esse lugar, e para melhor iludir o ser humano, deixa-lhe toda liberdade para praticar sua religião e continuar a fazer suas preces. Sugere-lhe até mesmo separar em duas partes distintas sua vida: a parte das coisas espirituais, para a qual canaliza todas as suas devoções, e a parte das coisas materiais, que absorve todas as suas preocupações; e que essas duas dimensões da vida não devem misturar-se, de tal modo que fé e negócios, ou dinheiro e religião, não possam nunca associar-se. Esse dualismo tipicamente pagão está profundamente enraizado no coração humano; e, quando ele aparece também na igreja, devemos ver aí um traço da sujeição prática da igreja a Mamon. Isso porque não se pode legitimamente aceitar essa divisão e, como diz Jesus, não se pode na prática servir a Deus e ao dinheiro. O ouro e o dinheiro são meus, diz o Senhor. E, se não o forem, se não se situarem dentro dos quadros de uma vida de fé e do culto, então se transformam inevitavelmente em Mamon.

A vitória de Mamon sobre o ser humano não produz somente a depravação

É secretamente que Mamon assume o lugar de Deus. Uma vez ocupado esse lugar, e para melhor iludir o ser humano, deixa-lhe toda liberdade para praticar sua religião e continuar a fazer suas preces. Sugere-lhe até

mesmo separar em duas partes distintas sua vida: a parte das coisas espirituais, para a qual canaliza todas as suas devoções, e a parte das coisas materiais, que absorve todas as suas preocupações

do indivíduo. Ela conduz imediatamente à perversão da sociedade e da igreja. Provoca imensas perturbações na vida econômica, gerando a desordem social. A apropriação egoísta das riquezas, o acúmulo desmedido, a avareza, como também o esbanjamento, o luxo, a falta de sobriedade – expressões visíveis do pecado – entravam a harmoniosa circulação dos bens prevista na ordem de Deus. Essa desordem deturpa a justa repartição do dinheiro na criação, segundo a vontade de Deus, e é um obstáculo à equitativa redistribuição das riquezas entre todos. A miséria e a luxúria, juntamente com a insensibilidade social do individualista moderado, são os sinais dessa corrupção fundamental da sociedade.

Todavia, como dissemos anteriormente, o mundo e a sociedade não são abandonados por Deus à própria sorte. Deus intervém na história econômica a fim de restabelecer as justas relações humanas decorrentes das justas relações do ser humano com Deus. O combate vitorioso contra o mal é travado por Jesus sobre a cruz do Gólgota até o triunfo pascal. O ser humano Jesus que, embora sendo Senhor, detentor do poder sobre todas as riquezas visíveis e invisíveis, faz-se pobre e oferece à humanidade o modelo do ser humano social. Sua pobreza voluntária, sua dispensação gratuita a toda a humanidade dos bens da criação, da qual ele é senhor soberano, abre ao mundo o caminho de sua restauração social e econômica.

4. A FUNÇÃO DO DINHEIRO RESTABELECIDADA NA IGREJA

É, pois, na igreja verdadeira, quando esta é verdadeiramente a comunidade dos membros do corpo de Cristo, que se inicia a restauração social do mundo.

Associado com Cristo pela fé, o ser humano restaurado na sua dignidade de filho de Deus redescobre sua justa relação com o próximo. Recebe, dessarte, uma compreensão nova e exata da função do dinheiro, instrumento de Deus para o sustento da sociedade. Compreende que o dinheiro deve ser sujeitado a fim de ser consagrado a Deus e ao próximo. Ao nível pessoal, essa descoberta impõe ao ser humano uma rigorosa autodisciplina.

Já falamos, a propósito da nova vida do cristão, de certa ascese. É no emprego do dinheiro que a ascese se pratica em particular. Deve-se notar que, com Calvino, o ascetismo cristão é marcadamente transformado. Na Idade Média, tinha valor meritório: pela ascese, a pessoa adquiria os méritos indispensáveis para sua salvação. Os reformadores, porém, deram-lhe um valor inteiramente diverso. Tendo

redescoberto no Evangelho a boa-nova do perdão gratuito e da salvação pela graça, sabiam que o sacrifício de Cristo é o único mérito do qual nos podemos valer diante de Deus. Todavia, a morte do eu-próprio e a nova vida decorrente da comunhão com Cristo impõem ao ser humano uma disciplina que abarca a totalidade de sua vida. A ascese não é condição da salvação: ela passa a ser sua consequência. Ela é o resultado da santificação, “*sem a qual ninguém verá o Senhor*”.

Sempre houve, na História, um estilo de vida material que se impôs aos cristãos toda vez que tomaram realmente a sério a Palavra de Deus. Esse estilo caracterizou a igreja primitiva. Caracterizou também as igrejas reformadas no seu início.

É ainda com seu dinheiro que o cristão rende a Deus um culto em espírito e em verdade. O ato de ofertar é essencialmente espiritual, um ato piloto, um ato cultural de primeira ordem. Com efeito, é pela oferta que o crente atesta a Deus que Mamom foi destronado. Mediante dádivas concretas, ele exprime a Deus a medida real de sua fé e confessa que seu Senhor é realmente o dono incontestado de toda sua vida moral, física e material. Da mesma forma, a igreja que compreende essa verdade não se contenta em fazer da oferta um ato de certo modo dissimulado no culto (por ocasião de um cântico ou à saída do templo). A comunidade cristã deve testemunhar, por um ato público explícito, que, para ela, o dinheiro foi exorcizado por Cristo, despojado de seu poder dominador e restaurado na sua verdadeira função servicial.

A redescoberta dessa função do dinheiro tem imediatas repercussões sociais.

Na igreja, a nova comunhão espiritual que Cristo restabelece entre os membros de seu corpo os conduz necessariamente à comunicação mútua de seus bens. Essa redistribuição de recursos se faz em função das possibilidades e em termos das necessidades de cada um. “*A vontade de Deus é que haja tal analogia e igualdade entre nós*, escreve Calvino, *que cada um socorra os indigentes na medida de suas possibilidades, a fim de que alguns não sofram necessidades enquanto outros têm em supérflua abundância.*” Na nova sociedade constituída pela igreja de Cristo, a

A vontade de Deus é que haja tal analogia e igualdade entre nós que cada um socorra os indigentes na medida de suas possibilidades, a fim de que alguns não sofram necessidades enquanto outros têm em supérflua abundância.

propriedade individual não é abolida. Mas é posta à disposição e ao serviço de todos. Quando vivem efetivamente a comunhão de Cristo, estabelece-se entre os membros da comunidade cristã tal reciprocidade que desaparecem as diferenças clamorosas entre os ricos e os pobres. A redistribuição dos bens, consequência direta da comunhão em Cristo, restaura aproximadamente a ordem social ideal, o equilíbrio das riquezas desejado por Deus para a sociedade humana.

“A comunhão que Cristo estabeleceu entre os membros de seu corpo, escreve ainda Calvino, deve encorajar-nos a ser mais prontos e diligentes em fazer o bem aos outros. É uma ordem da igreja, semelhante ao direito analógico de que falamos, que quando os membros se comunicam uns com os outros espiritualmente, segundo a medida de seus dons e necessidades, busquem um equilíbrio apropriado e uma harmonia bela, em que pese serem os dons distribuídos desigualmente e uns possuírem mais que os outros... Da mesma forma, a comunhão na igreja significa que cada um conceda aos seus próximos aquilo que lhes deve pela caridade.”

Para que se cumpra esse ministério particular da igreja, essa comunicação mútua de recursos entre todos, Calvino recriou o serviço de diaconato. À semelhança da igreja primitiva, ele fez entrar o dinheiro no circuito da vida espiritual, restituindo aos bens econômicos sua razão de ser, seu ministério terrestre. Os diáconos são incumbidos de restabelecer, entre os membros da comunidade, aquela circulação de bens econômicos que manifesta a solidariedade espiritual dos membros do corpo de Cristo. Todos são responsáveis uns pelos outros, quer quanto à vida espiritual, quer quanto ao estado material e à saúde física. Mais ainda, voltam-se para os de fora a fim de levar aos pobres o serviço e o testemunho que lhes é devido, segundo a vontade de Deus.

Lembremo-nos de que, com a adoção da Reforma, Genebra já criara a instituição do hospital geral bem como o seguro médico, de velhice e de invalidez. Esse sistema social foi aperfeiçoado por Calvino, que trabalhou para que essa assistência, organizada e dirigida pelo Estado – mas exercida pelo ministério eclesástico dos diáconos – não tivesse discriminações nacionais, provesse a assistência domiciliar e incluísse um

A comunhão na igreja significa que cada um conceda aos seus próximos aquilo que lhes deve pela caridade.

serviço de medicina social. “*Que haja um médico e um cirurgião, dizem as ordenanças de 1541, às expensas da cidade... encarregados de cuidar de hospital e de visitar os outros pobres.*”

A pregação de Calvino sobre o dinheiro é extremamente direta e tem por efeito encorajar os pobres e estimular a liberalidade dos crentes. É vigorosamente contra os ricos que guardam sua riqueza, contra os especuladores que sonegam produtos necessários à sociedade na expectativa da alta de preços, contra o luxo insolente dos que, sem consideração pela pobreza dos outros, esbanjam o patrimônio comum que Deus concedeu para o bem-estar de todos.

Mas a pregação do reformador é o prolongamento de sua ação. A modéstia em que vive com seus colegas é proverbial e toca as raízes da pobreza. Suas provérbias em favor dos deserdados são constantes. Importuna persistentemente os conselheiros da cidade para que tomem medidas de atendimento aos pobres. Depois da chacina dos protestantes em Provençe, em 1545, organiza pessoalmente uma coleta geral, subindo as escadarias dos edifícios repletos de refugiados para recolher a esmola de todos.

Se na igreja dos cristãos renovados pela fé e pela vida em Cristo o dinheiro readquire sua justa função de serviço, é essencial que ele reencontre lugar análogo em toda a sociedade. Cabe ao Estado providenciar isso.

5. A PROPRIEDADE DEFENDIDA E LIMITADA PELO ESTADO

Segundo a doutrina de Calvino, o Estado tem por missão fazer vigorar entre os seres humanos pecadores uma ordem que se aproxime tanto quanto possível da ordem divina. Enquanto Cristo restaura a ordem de Deus entre os membros de sua igreja, os quais se deixam guiar pela sua Palavra, o Estado tem o dever de buscar a restauração parcial dessa ordem no conjunto da sociedade.

Para Calvino, a missão política do Estado implica, pois, em intervenção na esfera econômica; não tanto como produtor de bens, mas como regulador das trocas econômicas e da distribuição da riqueza. Na ausência desse regulador, o bom funcionamento da vida econômica é corrompido pelo pecado. A ganância e os monopólios obstruem a circulação dos bens entre todos, e o esbanjamento de alguns dizima as riquezas da sociedade. As famosas leis suntuárias que, na realidade, não são em sua maioria de Calvino e, sim, de seus sucessores, decorrem tanto da política econômica

quanto da moral. Traduzem a vontade, em harmonia com o ensino dos reformadores, de conter nos seus justos limites o uso dos bens materiais na sociedade e de orientar sua aplicação rumo ao bem comum.

Lembremo-nos de que a Genebra de Calvino era isolada de todos os lados, e que o problema do pão cotidiano e da sobrevivência material da população era extremamente grave. A fim de compreender, pois, as leis suntuárias, não devemos julgá-las do prisma de uma moral burguesa relativa à vida mundana; seu verdadeiro contexto é a de uma rigorosa economia de guerra.

A função do Estado com respeito às riquezas é, pois, em suma a seguinte: ele deve, de um lado, garantir a propriedade privada, a fim de que haja ordem na sociedade. Mas, de outro, deve velar para que a propriedade não se constitua em detrimento da propriedade de outrem e que ela sirva também à coletividade como um todo. A propriedade não é, pois, absoluta. Antes, é limitada e condicionada. Calvino chega a citar como exemplo a antiga lei judaica que previa a redistribuição periódica das terras e a liquidação de penhoras, de tal modo que a propriedade não se tome jamais uma fonte de opressão social mediante o endividamento progressivo e geral.

Para Calvino, a missão política do Estado implica, pois, em intervenção na esfera econômica; não tanto como produtor de bens, mas como regulador das trocas econômicas e da distribuição da riqueza.

6. CRÍTICA DO PENSAMENTO DE CALVINO

Esse resumo da doutrina do reformador sobre o dinheiro, os bens econômicos e a sociedade mostra-nos que, de muitas maneiras, seu pensamento se aproxima do de seus predecessores e teólogos medievais. Como esses, Calvino também denuncia o perigo espiritual das riquezas e só justifica a posse de algum bem material quando este serve não somente para o sustento da vida de seu proprietário e de sua família, mas também para atender às necessidades da sociedade como um todo. A moderação, o dever de assistência ou, como se dizia mais antigamente, a obrigação de dar esmola são as condições da propriedade legítima, tanto para Calvino como para seus antecessores.

Contudo, Calvino afasta-se nitidamente dos teólogos medievais no que diz

respeito à pobreza voluntária. O ascetismo em si não traz nenhum mérito suplementar a quem o pratica. A vida de fé não implica de modo algum, como se supunha na Idade Média, alheamento dos bens materiais. Pelo contrário, a vida espiritual exige que o crente assuma diante de Deus a responsabilidade integral de sua vida material e da de toda a sociedade. O dinheiro, longe de ser excluído do horizonte da fé, é subordinado à vida espiritual, a fim de que seja plena e conscientemente domesticado. Essa submissão do dinheiro à fé leva à simplicidade evangélica e àquela austeridade que caracterizou o estilo calvinista de vida. Calvino não desconhecia, pois, o valor espiritual da privação e do sacrifício; simplesmente, como vimos, não os considerava de modo algum como obras meritórias.

Tal reabilitação teológica da vida material, que rompe com a antiga oposição entre espírito e matéria (da qual, aliás, o cristianismo nunca conseguiu purgar-se totalmente), terá consideráveis repercussões na vida econômica das sociedades protestantes.

Se considerarmos a posição de Calvino à luz da ciência moderna, ficaremos maravilhados de ver quão profético foi seu discernimento. Foram necessários séculos para que a ciência econômica redescobrisse o papel decisivo da circulação de bens para a manutenção da ordem social, tão claramente vislumbrada pelo reformador.

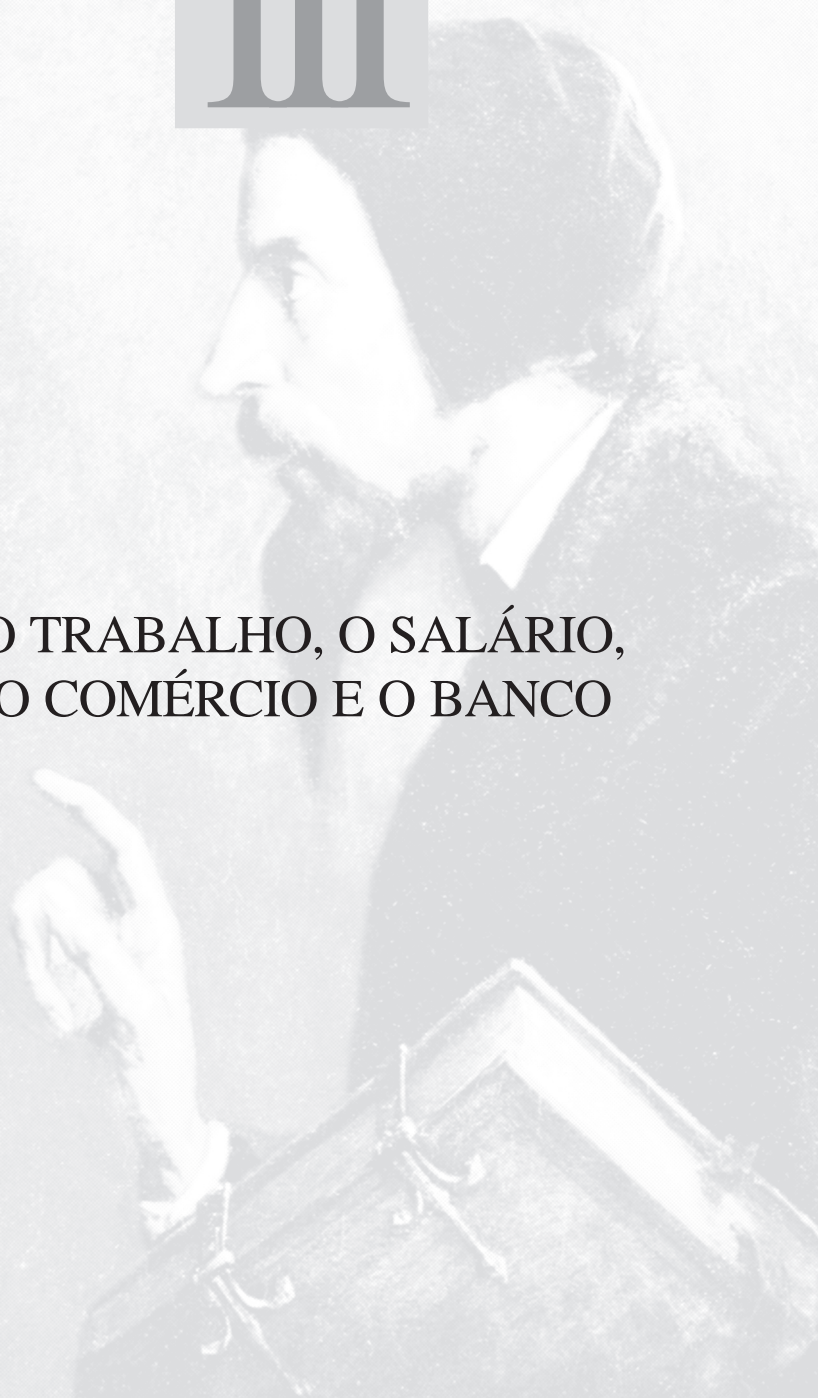
Não obstante, pode-se reprovar Calvino de não ter dado a devida importância à poupança como nova fonte de produção. Perseguido pelo medo da avareza e da ganância, não viu com clareza o valor econômico da capitalização, embora a tenha justificado em princípio em seu ensino sobre o empréstimo a juros (conforme veremos no próximo capítulo).

Pode-se ainda apontar a clarividência de Calvino no fato de que, para ele, a ordem da sociedade depende de um equilíbrio constante entre a responsabilidade econômica do cidadão e o controle do Estado. Depois da fase de lutas ideológicas candentes a que se entregaram o socialismo e o liberalismo, não estaremos acaso caminhando por toda parte rumo a um personismo social empírico, que se assemelha bastante ao equilíbrio preconizado por Calvino?

Porém, é na restauração da função do dinheiro na igreja que o ensino do reformador se revela ao mesmo tempo mais evangélico e mais realista. É, possivelmente, esse o aspecto de sua doutrina social e eclesial mais esquecido pelas nossas igrejas evangélicas.

III

O TRABALHO, O SALÁRIO,
O COMÉRCIO E O BANCO



Os bens econômicos dos quais Deus se serve para manter a sociedade dos seres humanos são quase todos produtos do seu trabalho.

1. O TRABALHO DO SER HUMANO COMO OBRA DE DEUS

A força de trabalho que uma pessoa pode desenvolver é o próprio meio pelo qual Deus provê a vida a suas criaturas; é o trabalho de Deus. Agir corretamente, para uma pessoa, é ajustar-se em todas as coisas à ação de Deus. O trabalho do ser humano tem sentido porque, adequadamente cumprido, é a própria obra pela qual Deus mantém a vida das pessoas. Ora, o trabalho humano, como tudo mais, é corrompido pelo pecado e faz parte da grande desordem da criação. Fugindo à obediência voluntária a Deus, o ser humano passa a dispor de seu trabalho de modo autônomo. Por conseguinte, esse trabalho, desligado da obra de Deus, torna-se fonte de problemas, de ansiedade, de injustiça e de opressão.

Para voltar a ser trabalho verdadeiro, para que recobre seu sentido original, para que seja serviço e não fonte de opressão, para que seu autor encontre nele satisfação, é mister que o ser humano se reintegre pessoalmente no trabalho de Deus, que se ajuste à ação divina conduzida no mundo para nutrir as pessoas. Para tanto, o ser humano deve fazer uma pausa, parar sua própria atividade, deixar-se possuir por Deus e entregar-lhe o comando de seu próprio labor. Aí está o sentido e a importância do repouso, do sábado, dia santificado.

O repouso do ser humano tampouco tem valor em si. O repouso lhe é prescrito somente para que possa ter acesso ao labor de Deus. *“O Senhor, diz Calvino, não nos ordenou simplesmente repousar no sétimo dia, como se ele se alegrasse com o nosso ócio; antes, seu mandamento é para que, libertos de toda ocupação, nos apliquemos mais diligentemente ao conhecimento do criador do mundo.”* *“Os fiéis devem repousar de suas próprias obras, a fim de sentirem a necessidade de Deus em suas vidas.”*

Essa reintegração do ser humano em Deus só é possível pela mediação de Cristo. Para que reencontre o justo sentido de seu trabalho, o ser humano deve entrar em comunhão com Deus, comunhão que Cristo lhe concede. Arrependendo-se e comprometendo-se pessoalmente na comunidade da igreja, ele é santificado e reabilitado na presença de Deus.

Semelhante santificação ocorria, para o povo de Israel, no dia do sábado, no

dia do descanso. Com a vinda de Cristo e em virtude de sua ação pelo Santo Espírito em todos os dias, o ser humano passa a ser santificado pela comunhão cotidiana com o Ressuscitado. A santificação se opera, pois, todos os dias; o sábado é abolido por desnecessário. Contudo, para a santificação conjunta da comunidade cristã, houve por bem fixar-se um dia particular que permitisse a reunião da assembléia. Os primeiros cristãos escolheram para esse fim o domingo, dia da ressurreição do Senhor.

Os fiéis devem repousar de suas próprias obras, a fim de sentirem a necessidade de Deus em suas vidas.

A santificação pessoal e comunitária do ser humano restabelece-o, pois, na ordem e na ação de Deus. Seu trabalho volta a ser parte do trabalho de Deus. Ao mesmo tempo, o ser humano restaura justas relações sociais com seu próximo. É a razão por que o mandamento sobre a santificação do dia de descanso faz menção às relações de trabalho, e às relações entre senhores e servos.

Restaurado, reintegrado na grande obra de Deus, o trabalho é de novo criador e libertador. Cessa de ser fonte de opressão e de divisão. A santificação do ser humano por Cristo confere ao trabalho a mais eminente dignidade. Em contrapartida, o desprezo da santificação oferecida por Cristo (simbolizado na profanação do domingo) é a origem da corrupção do trabalho.

Associando o ser humano ao seu próprio labor, Deus manifesta à sua criatura seu destino terrestre. O ser humano é criado para trabalhar; é no trabalho que ele realiza seu destino aqui na Terra.

A ociosidade é, por conseguinte, contrária à natureza, uma forma de alienação humana. Significa a recusa pelo ser humano de sua vocação divina, sua ruptura com Deus, uma ofensa a Deus. “*A bênção do Senhor, diz Calvino, acompanha as mãos do que trabalha, e certamente a preguiça e o ócio são amaldiçoados por Deus.*” Daí por que Calvino denuncia os que tiram seu sustento do trabalho de outros sem oferecerem à comunidade qualquer serviço. Acusa esses “*parasitas inúteis que vivem do suor de outrem e que nada fazem para ajudar o gênero humano*”.

Já que o trabalho é a obra indispensável pela qual o ser humano se realiza na obediência a Deus, obra sem a qual ele não poderia ser verdadeiro ser humano e

verdadeiro cristão, o desemprego é um flagelo social que deve ser combatido e denunciado com extremo vigor. Isso porque privar uma pessoa de seu trabalho é crime: equivale a tirar-lhe a vida.

“*Conquanto,* escreve Calvino, *recebemos o alimento das mãos de Deus, ele nos ordenou que trabalhássemos. O trabalho não é, pois, invalidado na condição humana aqui na Terra.*” “*Sabemos que todos os artesãos e trabalhadores dependem de seu salário para viver.. Visto que Deus dessarte faz depender sua vida do esforço de suas mãos, isto é, de seu trabalho, privá-los dos meios necessários a esse trabalho é como se os degolássemos.*”

Da mesma forma, é crime abusar do trabalho de outrem ou explorá-lo. “*Há os que estarão dispostos,* escreve ainda Calvino, *a matar em três dias de trabalho um pobre homem que esteja a seu serviço, desde que isso lhes proporcione algum lucro. Ora, Deus nos declara, ao contrário, que importa tratar humanamente os que trabalham para nós e não sobrecarregá-los além da medida, a fim de que possam continuar seu trabalho e ter ocasião de render graças a Deus.*” Deus quer “*corrigir a crueldade dos ricos que tomam a seu serviço os pobres e não recompensam o seu trabalho*”.

Genebra era lugar propício para Calvino aplicar sua doutrina. Já antes dele, medidas tinham sido tomadas para regulamentar a duração do trabalho: o domingo fora declarado dia feriado, ao passo que outros dias de festa tinham sido suprimidos. Proibira-se também a vadiagem, exigindo-se que cada um tivesse alguma ocupação com que ganhar a vida. Todavia, a chegada de numerosos refugiados a Genebra criou para a cidade delicados problemas trabalhistas. Calvino passa a enfrentá-los com exemplar lucidez. Ocupa-se tanto da formação profissional dos

***A bênção do Senhor
acompanha as mãos do que
trabalha, e certamente a
preguiça e o ócio são
amaldiçoados por Deus.***
Calvino denuncia os que tiram
seu sustento do trabalho de
outros sem oferecerem à

comunidade qualquer
serviço. Acusa esses
“*parasitas inúteis que
vivem do suor de outrem e
que nada fazem para ajudar
o gênero humano*”

jovens como da readaptação dos adultos a novos empregos. Os que não podiam encontrar imediatamente emprego na sua profissão recebiam outras ocupações provisórias remuneradas. Mas nem toda mão-de-obra era assim absorvida pelos empregos existentes. Fazia-se, então, necessário criar novos empregos e novas profissões. Calvino intervém junto ao Pequeno Conselho para que este crie a indústria da tecelagem. Um dobador de seda lionês é incumbido de instruir os jovens internados no hospital público (hospital que abrigava também indigentes). Mais tarde, um certo Lucquois estabelece manufaturas de tecidos de seda. Outros refugiados, não satisfeitos em trabalhar na indústria, introduzem a cultura da amoreira e a criação do bicho-da-seda. Calvino intervém ainda na solução de outros problemas trabalhistas, ligados à remuneração dos empregados, os quais examinaremos quando tratarmos do salário.

No que concerne à doutrina do trabalho, notamos que Calvino é, em relação a seus predecessores, um inovador. Aqueles, de conformidade com as doutrinas cristãs medievais, faziam do trabalho um dever terreno, sem relação imediata com a fé e a vida espiritual; o dever derivava da ordem e da moral naturais. Além disso, a escolástica contribuiu para esvaziar de todo prestígio e de todo valor espiritual as atividades profissionais pela preeminência que atribuía à contemplação sobre a ação. Calvino, ao contrário, liga estreitamente o trabalho à vida cristã, sublinhando que o Evangelho faz do trabalho nossa participação na obra de Deus. Confere, dessarte, ao labor humano dignidade e valor espiritual não conhecidas antes. Esse fato terá consideráveis repercussões no desenvolvimento econômico das sociedades calvinistas.

2. O SALÁRIO COMO DOM DE DEUS

Para compreender o significado espiritual do salário, devemos ter em conta uma verdade fundamental do Evangelho: o ser humano não tem direito a nenhuma remuneração da parte de Deus. Tudo quanto recebe é expressão da graça do Deus Salvador que, misericordiosamente, provê o sustento de sua vida. “*Propriamente dito*”, afirma Calvino, “*Deus não deve nada a ninguém.*” “*Por cumprirmos nosso dever, Deus não é obrigado a nos pagar qualquer salário.*”

Na sua bondade, todavia, Deus não deixa de nos conceder o que é necessário. Remunera nosso trabalho, não por obrigação, mas por amor. “*Pela sua bondade gratuita oferece-nos um salário*”, escreve ainda o reformador... “*Assalaria nosso*

trabalho que lhe é devido sem mais”.

O salário humano correspondente ao nosso trabalho, qualquer que seja a maneira da remuneração, é, pois, a expressão tangível do salário gratuito e imerecido com que Deus agracia nosso labor. Daí ter o salário qualquer coisa de sagrado. Ele exprime visivelmente a intervenção de Deus em favor de nossa existência; é o sinal concreto de sua providência que assiste nossas necessidades vitais; atesta a ação de Deus para salvar e nutrir seus filhos.

Já que o salário é o signo da graça de Deus, nenhuma pessoa pode dele dispor arbitrariamente: o salário do próximo não lhe pertence. Em dando ao trabalhador o que lhe deve, o patrão não faz outra coisa que entregar ao próximo aquilo que o próprio Deus lhe concede para viver. Confiscar ou reter, no todo ou em parte, o salário que cabe a alguém é, pois, um sacrilégio, visto ser uma ofensa a Deus tanto quanto ao próximo. Aliás, objetivamente falando, o salário não é nem do patrão nem do trabalhador; ambos recebem-no de Deus, e ambos devem recebê-lo conscientes disso.

Aí se encontra a condição básica para determinar-se o justo salário. Este só pode ser equitativamente estabelecido quando as duas partes se sabem plenamente responsáveis perante Deus pelo fruto do seu trabalho e pelos seus bens. Nesse caso, de comum acordo e livremente, podem estabelecê-lo em plena consciência de suas responsabilidades.

Semelhante tomada de consciência espiritual com respeito ao salário só pode dar-se no domínio da fé. Como, porém, nem todos são crentes, faz-se mister encontrar um equivalente humano para arbitrar o justo salário. O prego justo é o preço do mercado ou o fixado pela autoridade pública. Os cristãos devem saber, contudo, que essa norma humana é muito relativa. Dada a desordem social do mundo, ela não pode ter valor absoluto. Os usos e leis refletem sempre, mais ou menos, a desordem de um momento histórico. A fixação objetiva de preços, portanto, não dispensa a responsabilidade própria do cristão para com aquele, superior ou subordinado, que trabalha com ele ou para ele.

Quando saturado o mercado de trabalho, não é lícito reduzir o nível de salá-

**Que maior violência
pode haver que fazer
morrer de fome e de
pobreza os que com
seu trabalho nos
fornecem o pão?**

rios a ponto de privar o trabalhador dos meios para viver normalmente com os seus. “Assim”, diz Calvino, “fazem os ricos muitas vezes: espreitam as ocasiões de cortar pela metade o salário do pobre, quando este não tem em que se empregar. Ele nada tem, dirá o rico, posso usá-lo em troca de um pedaço de pão; apesar de seus dentes, ele se renderá a mim; pagar-lhe-ei meio salário e ele ainda ficara contente. Quando isso se der, ainda que não se tenha retido o salário, comete-se crueldade e fraude contra um pobre ser humano”.

A fim de evitar as constantes querelas a respeito da regulamentação das remunerações, Calvino propõe o contrato de salário. Chega a imaginar até mesmo o contrato coletivo e recomenda a arbitragem diante dos tribunais.

Apesar de sua recusa em legitimar a revolta dos assalariados explorados e de seu recurso à violência, o reformador admite que Deus se serve amiúde da sua desobediência para julgar e castigar os que os exploram. Não se opõe aos protestos não-violentos nem à greve. “Que maior violência pode haver, diz ele, que fazer morrer de fome e de pobreza os que com seu trabalho nos fornecem o pão? O fato, porém, é que essa estranha crueldade é muito comum. Há tantos homens de espírito tirânico que pensam que o gênero humano foi criado para eles. Ora, Tiago diz que o salário clama, visto que, toda vez que ele é retido por fraude ou por violência, exige vingança em altos brados; note-se que Tiago acrescenta que o clamor dos pobres chega aos ouvidos de Deus, a fim de que saibamos que o mal que se pratica contra eles não ficará impune”.

É, na verdade, surpreendente a atividade social que o reformador e seus colegas desenvolveram na busca da justa remuneração. Vemos Calvino intervindo

freqüentemente junto às autoridades para conseguir aumentos salariais, por exemplo, em favor de docentes. Quando o conselho da cidade vota o abono familiar para os pastores, Calvino pede que, em alguns casos, a responsabilidade financeira dos órfãos recaia sobre o Estado. Para que não haja abuso do trabalho de menores, decreta-se que o pagamento do salário das crianças será feito mediante um inspetor nomeado pela autoridade civil.

Calvino situa o problema no seu quadro bíblico, mostrando que o salário só pode ser corretamente entendido à luz do gratuito dom que, em Cristo, Deus nos faz do perdão e da vida

A época de que estamos tratando era particularmente tensa e caracterizada pela alta geral e incontrolável do custo de vida, alta que não encontrava compensação no aumento correspondente de salários. Em virtude disso, em algumas profissões, como também no campo, criou-se uma espécie de proletariado não raro turbulento. Os operários procuravam defender seus interesses organizando confrarias clandestinas que alguns em vão tentavam dissolver. Em algumas localidades, surgem greves nas quais os reformados têm papel atuante. É o caso das greves dos gráficos, em 1539, na cidade de Lion, motivadas pela insuficiência dos salários, de um lado, e pela má repartição do horário de trabalho, de outro. Graças à organização das forças trabalhadoras e ao controle que exercem sobre as profissões, esse movimento de protesto se amplia e atinge Paris. Os patrões apelam para as autoridades, mas os operários perseveram e acabam obtendo ganho de causa. A fim de evitar tais distúrbios sociais, o edito de Villers-Cotterêts (1539) proíbe as coalizões, sem que, contudo, se chegue a dissolver as organizações operárias clandestinas que agrupavam trabalhadores em miséria. A pobreza destes, por outro lado, se agrava pelo fato de que as autoridades, buscando deter a alta de preços, impõem salários-teto.

Em Genebra, onde a organização de corporações é muito mais recente que em outras cidades, o Estado intervém no mesmo sentido. Em 1559, o conselho da cidade fixa o limite máximo do salário dos operários e, em seguida, priva-os do direito de coalizão. Tal repressão da liberdade suscita descontentamento geral e desencadeia distúrbios sociais. Que fazem então os dirigentes espirituais da cidade? Intervém no debate público entre operários, patrões e autoridades propondo

uma organização paritária de profissionais. Sob a

iniciativa de pastores, o conselho da cidade,

de comum acordo com os representantes da profissão, regulamenta a indústria gráfica. Graças a isso, e à ponderação dos interessados, Genebra consegue evitar as greves que conturbaram Lion e Paris por volta da mesma época. Essa paz social contribuiu para o reerguimento econômico e a prosperidade da cidade.

Vemos, pois, que a contribuição

O objetivo imediato do comércio, portanto, é fazer chegar a cada um o de que necessita para viver. Deve aliviar o ser humano de suas privações e tornar a existência agradável.

Assim, o comércio corresponderá às intenções de Deus

de Calvino para a compreensão do sentido cristão do salário é de grande importância. Enquanto, na discussão sobre o justo salário, a maioria dos teólogos buscava estabelecer uma norma a partir de uma lei natural hipotética, Calvino situa o problema no seu quadro bíblico, mostrando que o salário só pode ser corretamente entendido à luz do gratuito dom que, em Cristo, Deus nos faz do perdão e da vida. O salário não pode, por isso mesmo, ser tratado puramente em termos de medidas quantitativas objetivas; antes, deve ser visto, em primeiro lugar, em razão das necessidades reais de trabalhadores revestidos da dignidade de filhos de Deus. O que não impede – pelo contrário, exige – que o Estado exerça certo controle no assunto, que os salários sejam garantidos por regulamentos contratuais e que, em caso de conflito, se possa recorrer a arbitragens.

3. O COMÉRCIO COMO SINAL VISÍVEL DA INTERDEPENDÊNCIA DAS CRIATURAS DE DEUS

Os bens econômicos e o trabalho humano têm por fim servir à sociedade. Deus chama cada um para uma tarefa particular e o torna, dessarte, dependente do trabalho e do serviço de outrem no que tange a outras tarefas humanas. A divisão do trabalho corresponde, pois, ao desígnio de Deus e manifesta a interdependência de suas criaturas, chamadas a viver em sociedade. É a expressão concreta, visível e necessária de sua solidariedade. Ela pressupõe o intercâmbio contínuo entre os indivíduos, a reciprocidade que os liga uns aos outros.

O comércio é o complemento indispensável da divisão do trabalho. As trocas são necessárias para a realização da ordem social harmoniosa que Deus confiou aos seres humanos, e constitui o signo material da comunhão espiritual dos membros da sociedade. O objetivo imediato do comércio, portanto, é fazer chegar a cada um o de que necessita para viver. Deve aliviar o ser humano de suas privações e tornar a existência agradável. Assim, o comércio corresponderá às intenções de Deus.

Desviado desses rumos, porém, o comércio se deturpa rapidamente. A fraude e a desonestidade tornam quase impossíveis as relações econômicas, isolam as pessoas em grupos e solapam as estruturas indispensáveis para as trocas. A desonestidade nos negócios não é, pois, apenas uma falta contra a moral humana: é um sacrilégio porque perverte a ordem de Deus. Atenta contra os bens e os

Os que cerram as portas dos celeiros aguardando a carestia”, diz ele, “se assemelham aos que degolam os pobres por reduzi-los à fome.

serviços pelos quais o Criador deseja beneficiar as criaturas e promover sua vida. *“Quando não se pode mais comprar ou vender”*, diz Calvino, *“a companhia dos homens parece desfazer-se.”*

Inversamente, a evangelização, que conduz o ser humano à nova vida, torna-o apto para o serviço do comércio. Daquela submissão externa à lei, de que se procura escapar sempre que possível, o cristão passa para a obediência voluntária, para a ética da liberdade; reencontra, dessarte, as condições do comércio legítimo e contribui para a restauração da ordem econômica necessária para a vida da sociedade.

Como, porém, essa restauração aqui na Terra nunca é completa a ponto de nunca poder haver identidade entre igreja e sociedade, e por continuarem os cristãos a ser pecadores, faz-se mister que uma ordem externa regulamente as operações comerciais. Essa é uma das tarefas do Estado, a quem cabe facilitar a fluidez e a regularidade das trocas. Pela lei, o Estado deve proteger especialmente a qualidade dos instrumentos de troca, os contratos, os pesos e medidas e a moeda.

“Exige-se que”, diz Calvino, “para o sustento de todos em harmonia e concórdia, cada um possua o que lhe cabe, haja vendas e compras, os herdeiros sucedam na posse dos bens herdados, as doações sejam reconhecidas e que cada um possa enriquecer-se segundo a sua diligência, vigor e aptidão. Em suma, a autoridade exige que cada um desfrute o que lhe pertence.” “Contudo, tentar enriquecer-se por meios perversos e ilícitos... é falsidade” e, “se os pesos e as medidas forem falsos, não pode haver mercadoria, pois não se pode comprar nem vender, e os homens agirão como bestas selvagens uns com os outros. Se a moeda não for legítima, tudo se degenera em roubo e pilhagem.”

A especulação, a sonegação e os monopólios são as principais formas de corrupção da ordem econômica comuns no século XVI quando se verifica a alta constante do custo de vida e a sonegação de produtos de primeira necessidade com vistas à especulação de preços. Calvino denuncia essas perversões com audácia profética, acusando os sonegadores de assassinos por bloquearem a circulação de bens necessários à vida. *“Os que cerram as portas dos celeiros aguardando a*

carestia”, diz ele, “*se assemelham aos que degolam os pobres por reduzi-los à fome.*”

Sabe-se que a Reforma instituiu desde logo, em Genebra, certo controle de preços para gêneros de primeira necessidade, como vinho, pão e carne. Esse controle, exercido pelo Estado, e que velava também pela equitativa distribuição dos bens comuns e combatia a sonegação, a especulação e o monopólio, está em perfeita harmonia com o pensamento de Calvino. Este é o primeiro teólogo que discerniu com tanta clareza o papel providencial na sociedade da circulação, troca e comércio de bens. A Idade Média, e com ela Lutero e os principais reformadores, não tinha os comerciantes em grande estima. Estes eram acusados de promover o luxo e de encarecer o custo de vida, provocando o aumento simultâneo da riqueza de uns e da pobreza de outros. Sem ignorar os perigos e os abusos próprios dos “negócios” (também por ele denunciados), Calvino jamais deixou de sublinhar a função providencial e a dignidade intrínseca do comércio.

Suas observações sobre a honestidade dos contratos e dos instrumentos de medição e sobre a moralidade comercial e os perigos dos monopólios são hoje confirmadas pela ciência moderna. Sem um mínimo de honestidade e de confiança, o comércio torna-se impraticável, a vida econômica entra em estagnação e o conseqüente isolamento das pessoas destrói a vida comunitária. Tocamos aqui muito de perto as questões quase insolúveis em que se debatem hoje os que se ocupam com o desenvolvimento econômico dos países cuja ética não tem por fundamento a fé cristã. Há relações mais íntimas do que se pensa entre a obra missionária e a evangelização em determinada sociedade e o desenvolvimento de uma vida social e econômica conforme os desígnios de Deus. Da mesma forma, o desenvolvimento e a expansão de uma civilização de economia espoliadora, usurpadora e monopolista, quando associados ao testemunho do Evangelho, torna esse testemunho ineficaz precisamente porque o desmente na prática.

4. O COMÉRCIO DO DINHEIRO - O BANCO

Certamente, é com respeito ao comércio do dinheiro que o pensamento econômico de

Este é o primeiro teólogo que discerniu com tanta clareza o papel providencial na sociedade da circulação, troca e comércio de bens.

Calvino se revela mais perspicaz e também mais revolucionário. Lembremos que a escolástica, baseando-se na teoria da improdutividade intrínseca do dinheiro, já desenvolvida por Aristóteles, considerava ilícita a obtenção de juros sobre o dinheiro dado de empréstimo. A proibição do empréstimo a juros, prescrita pelo Concílio de Nicéia, em 775, e reafirmada desde então por novos concílios e numerosos papas, era sustentada pela igreja há vários séculos. A regra comportava, contudo, muitas exceções. O empréstimo a juros era admitido sob a forma da sociedade em comandita com a responsabilidade de riscos e cobertura de danos. Todo aquele que dava de empréstimo era, pois, autorizado a exigir de quem lhe tomava de empréstimo uma indenização

(sob o nome de *interesse*) em caso de dano real. Avaliado o dano, este poderia ser compensado por uma soma equivalente (a título de *damnum emergens*). Da mesma forma, o credor que se privava de um lucro real – por exemplo, deixando de comprar um objeto que poderia revender com lucros – poderia exigir uma soma igual ao lucro não ocorrido (em virtude do *lucrum cessans*). Enfim, se o empréstimo comportasse um risco previsível, o credor tinha também o direito de exigir uma indenização (devido ao *periculum sortis*). É com base em tais razões extrínsecas ao dinheiro emprestado que se acabava por exigir um verdadeiro juro pelo empréstimo; e essas razões foram admitidas com maior ou menor tolerância, segundo os lugares e as circunstâncias, pelos príncipes e pelos doutores da igreja. Tanto é que, a despeito das interdições canônicas, a prática do empréstimo remunerado era freqüente antes da Reforma e se desenvolvia com crescente rapidez no raiar do século XVI.

Os soberanos espanhóis, Carlos V e Filipe II, embora bons católicos, foram os primeiros a reconhecer a legitimidade dos juros, desde que não ultrapassassem a

Calvino, liberto pela sua fé de todas as tradições, aborda o problema de uma nova perspectiva. Interroga a Bíblia, sim, mas, ao mesmo tempo, exerce rigorosa análise dos mecanismos econômicos, a fim de saber a que realidades

atuantes deve aplicar-se o ensinamento da Palavra de Deus. Sua análise anuncia, desde então, o método científico moderno.

12%. Henrique VIII fez o mesmo e fixou a taxa em 10%, em 1545. Em Genebra, o empréstimo a juros era praticado bem antes da Reforma. Reconhecido pelas Franquias de Ademar Fabri, em 1387, é defendido pelo Duque de Savóia, que disso tira proveito. A taxa de juro é, então, muito variável. Emprresta-se geralmente de uma feira a outra, isto é, por três meses, a 5%, que correspondem a 20% ao ano.

Tudo isso, apesar da interdição canônica. Ainda em 1531, a Universidade de Paris reprova o princípio do empréstimo renumerado.

No início do século, a vida econômica de Genebra passa por severas restrições. As feiras deixam de ser concorridas, e comerciantes e banqueiros abandonam a praça. Às complicações decorrentes da guerra contra a Savóia sucedem-se as causadas pela Reforma. As minutas dos notários da época indicam que os empréstimos eram raros. Chega-se a emprestar a 5% ao ano, em 1527. Com a retomada da vida econômica genebrina, em virtude da chegada dos refugiados reformados, faz-se sentir novamente a necessidade do crédito. A lei que fixara o juro legal de 5% em 1538, antes da chegada de Calvino, mantém-no no mesmo nível em 1544 para depois permitir um aumento para 6,6%, ou um por quinze. Os controles, todavia, continuam rigorosos e essa autorização legal constitui aos olhos do reformador, como também na prática geral dos negócios da cidade, um freio mais que um estímulo. O fato é que a formulação de Calvino sobre o empréstimo a juros se, de um lado, é revolucionária na história da teologia e estimulante para a vida econômica, não deixa de ser restritiva em muitos aspectos, de outro.

Sabe-se que os primeiros reformadores conservam-se, nessa matéria, fiéis à tradição da Idade Média: condenavam o juro, admitindo apenas as exceções consagradas pelo uso. Lutero, porém, ao fim de sua vida, admite que, mais do que o juro em si, são as taxas elevadas que devem ser consideradas usura.

Já Calvino, liberto pela sua fé de todas as tradições, aborda o problema de uma nova perspectiva. Interroga a Bíblia, sim, mas, ao mesmo tempo, exerce rigorosa análise dos mecanismos econômicos, a fim de saber a que realidades atuantes deve aplicar-se o ensinamento da Palavra de Deus. Sua análise anuncia, desde então, o método científico moderno.

Que diz a Bíblia, segundo Calvino? Encon-

Calvino não deixa de discernir, de maneira profética, os abusos a que pode conduzir o empréstimo a juros, uma vez legalizado.

tramos nela a imagem realista de uma humanidade ávida de lucro. É essa a razão, diz Calvino, por que a Bíblia condena a usura e todos os seus abusos. Ela acentua com igual ênfase, porém, o empréstimo desinteressado como ajuda a outrem. Tal empréstimo gratuito é sinal verdadeiro de fé, assim como se condena a usura recebida por um socorro prestado. A questão, porém, é saber se a proibição bíblica aplica-se legitimamente a toda forma de empréstimo a juros. Calvino sonda a realidade econômica com admirável lucidez e verifica que, ao falar do juro ou da usura, a Bíblia não visa ao fenômeno relativamente recente e muito mais difundido do empréstimo de produção. Nesse caso, não se trata de socorrer alguém e, portanto, de abusar da miséria alheia exigindo a compensação em juros pelo empréstimo feito. Trata-se, antes, de emprestar certa soma a fim de constituir um capital de trabalho. Ora, se é legítimo alugar uma propriedade imóvel para que outro a explore, por que não exigir um aluguel de quem utiliza para fins idênticos um bem móvel, como é o dinheiro? Refutando o velho adágio, repetido ao longo dos séculos e comentado em especial por Aristóteles e Tomás de Aquino, segundo o qual dinheiro não produz dinheiro, Calvino afirma a natureza produtiva do dinheiro como de qualquer outra mercadoria. Não se pode, pois, aplicar ao empréstimo para a produção o ensinamento bíblico concernente ao empréstimo para consumo. Além disso, diz Calvino, se proibirmos todo juro, colocamos no mesmo pé emprestadores honestos e usurários que se aproveitam da miséria alheia.

Côncio, porém, do estado real da humanidade contaminada pelo pecado, Calvino não deixa de discernir, de maneira profética, os abusos a que pode conduzir o empréstimo a juros, uma vez legalizado. Daí desejar cercar tal legitimação de toda sorte de limitações a fim de frear o poder opressor do dinheiro.

Considera, pois, ato de avareza a aplicação para fins de lucro de uma soma que é solicitada para socorrer alguém. Não tem por lícito o recebimento de juros, mesmo quando autorizado pela lei, no caso de empréstimo feito a pessoa pobre. Por outro lado, entende que os juros não devem ser aceitos pelo emprestador se o devedor não ganhar, com o empréstimo obtido, o equivalente a esses juros. Enfim, condena todo e qualquer juro que ultrapasse a taxa normal.

Qual é, porém, a taxa normal? Aí, como em outros casos, Calvino recusa-se a fixar normas objetivas. O que é determinante é a responsabilidade do emprestador em relação ao devedor, na presença de Deus é a luz do amor de Cristo.

Como, todavia, nem todos são crentes e os próprios crentes continuam

pecadores, importa que o Estado estabeleça normas relativas para a manutenção de certa ordem social. Essas normas deverão atender não somente aos interesses particulares dos contratantes, mas também do público em geral. Com perspicácia que vai muito além da ciência econômica de seu tempo, Calvino observa que a taxa de juros tem certa incidência sobre o custo de vida e que os juros são pagos, em última instância e em sua maior parte, pelo próprio consumidor.

O calvinismo é, precisamente, a primeira ética cristã que deu ao trabalho um caráter religioso.

Tem-se dito, não sem razão, que a liberalização do empréstimo a juros constituiu um marco decisivo na História. Não se deve, porém, esquecer que, no espírito do seu autor, essa liberalização não significava uma franquia total. As restrições que ele mesmo estabeleceu com vistas à contenção e controle dos juros, seus sucessores acrescentaram outras medidas igualmente restritivas que refletem bem seus sentimentos. Quando negociantes genebrinos projetaram fundar um banco para facilitar a aplicação de suas poupanças a uma taxa de 10%, os pastores da cidade – Teodoro de Beza à frente – protestaram, ainda que se soubesse que a taxa proposta era inferior à de outras cidades. *“As riquezas”, disseram, “longe de serem desejáveis para Genebra, lhe são perniciosas, pois trazem consigo o luxo, as frivolidades, o amor ao prazer e uma infinidade de males inconvenientes para uma República que tem por reputação a moderação dos costumes.”*

O comércio do dinheiro, portanto, no pensamento do Calvino e dos pastores genebrinos, deve ser facilitado na medida em que é necessário para o desenvolvimento da indústria e do comércio; contudo, como toda atividade econômica legítima deve ser controlado e contido em limites sadios, evitando que a vida da sociedade seja perturbada pelos excessos a que se podem entregar as pessoas em consequência de seu pecado.

5. CALVINISMO E CAPITALISMO

Numerosos sociólogos, como Max Weber e Ernesto Troeltsch, têm buscado explicar, a partir dos diferentes aspectos da doutrina de Calvino, o extraordinário desenvolvimento industrial das sociedades protestantes.

Passamos a dar, muito resumidamente, as teses de Weber.

Analisando a composição sociológica de algumas regiões industriais, esse

autor observa que os reformados são proporcionalmente muito mais numerosos nas técnicas comerciais e financeiras que os representantes de outras confissões ou religiões. Portanto, diz ele, parece que o protestantismo reformado gera certa mentalidade própria ao desenvolvimento do capitalismo. Em que consiste essa mentalidade que ele denomina “espírito capitalista”? Weber nota que o que constitui o impulso da atividade capitalista não é bem o desejo de possuir ou de desfrutar; esse desejo, aliás, sempre existiu em todas as sociedades e em todas as épocas. Antes, é o desejo de ganhar. E o que caracteriza a passagem de uma situação pré-capitalista (onde cada um trabalha somente o necessário para satisfazer suas necessidades vitais, como em todas as sociedades primitivas) para uma situação capitalista é que o desejo de ganhar – e, por conseguinte, o desejo de trabalhar além do mínimo necessário – torna-se a prática de toda uma população. Para que semelhante prática, continua Weber, seja extensiva a todo um povo, importa que seja ligada à religião. O calvinismo é, precisamente, a primeira ética cristã que deu ao trabalho um caráter religioso. Anteriormente, o trabalho fazia parte das atividades pertencentes à vida material; ele se impunha porque, de uma forma ou outra, não se podia dispensá-lo; mas, como atividade temporal, nenhuma relação tinha com a salvação eterna ou com a vida espiritual.

Para o calvinismo, ao contrário, o trabalho, considerado uma vocação, torna-se atividade religiosa. Importa trabalhar, custe o que custar, haja ou não necessidade de prover seu sustento, porque trabalhar é uma ordem de Deus. Com base na ética do trabalho das sociedades puritanas do século XVIII, Weber ilustra essa teoria com exemplos marcantes colhidos notadamente dos escritos de Benjamim Franklin.

Calvino desloca o centro de gravidade do ascetismo. A Idade Média exigia uma ascese à margem do século; Calvino traz o ideal ascético para dentro do século.

Weber pergunta por que o trabalho é um ato religioso para os calvinistas, e responde: por causa do dogma da predestinação. Esse dogma, diz, é o mais característico da fé reformada e o que dá sentido a cada ato do crente. Ele enseja o individualismo porque cada um, entendendo que sua salvação é o objeto de um decreto individual, age somente em função de si mesmo. Além disso, esse dogma transformou o ascetismo medieval em ética de ação. Enquan-

to o católico crê que deve construir sua salvação sem se contaminar com as atividades seculares, o calvinismo, pelo contrário, pensa que é na prova das atividades temporais que sua fé será testada. Se reprovado por Deus, isso se manifestará no seu trabalho; se eleito, porém, todas as suas atividades trarão a marca das bênçãos divinas. Quanto mais visivelmente abençoado em seu trabalho, mais segura a sua eleição. Semelhante convicção gera dois elemen-

A evangelização e a missão cristã têm, portanto, incidência direta sobre a vida econômica e passam a ser a condição de sua restauração e da vida social harmoniosa.

tos ligados ao desenvolvimento das sociedades capitalistas: de um lado, trabalha-se muito e, de outro, gasta-se pouco em virtude do desinteresse pelos prazeres terrenos (uma vez que se entregar a tais prazeres é, em si, sinal de reprovação divina). Resultado: trabalhando-se muito e gastando-se pouco, há poupança; e essa poupança busca sempre novos investimentos. Em resumo, Calvino desloca o centro de gravidade do ascetismo. A Idade Média exigia uma ascese à margem do século; Calvino traz o ideal ascético para dentro do século.

Mais tarde, com a secularização da sociedade, a fé na predestinação foi desaparecendo. Conservou-se, porém, entre os protestantes a noção da ascese no século, transformando-se em uma moral burguesa secularizada que exalta o trabalho, a poupança e o lucro em prejuízo das qualidades espirituais maiores. Essa, segundo Max Weber, a origem da moral que subjaz a toda sociedade capitalista.

Que dizer dessa teoria?

Antes de mais nada, observamos que a análise de Weber aplica-se a um calvinismo bastante diferente do de suas origens. O puritanismo do século XVIII foi influenciado fortemente, nas idéias e nos costumes, por correntes religiosas e profanas estranhas a Calvino. Embora em si a análise não seja errada, Weber cometeu o grave erro de identificar esse protestantismo com o calvinismo das origens.

É exato, por exemplo, que a predestinação desempenhou papel de primeira importância no calvinismo do século XVIII; mas não é exato atribuir a essa doutrina lugar tão preponderante no pensamento de Calvino. Foi tardiamente que essa doutrina se desenvolveu com certa amplitude, como resposta a ataques recebidos pelo reformador.

É exato também que as sociedades puritanas exaltaram ao máximo a virtude do trabalho e que a glorificação do labor humano acentuou-se com a secularização até sua quase divinização no mundo burguês. A homenagem corrente que se presta a um defunto quando se diz que “o trabalho foi sua vida” é um traço típico dessa paganização da burguesia.

Mas chegar a isso seria desconhecer totalmente a ética calvinista do trabalho. O que já dissemos sobre a necessária submissão do trabalho à vida espiritual por meio da santificação basta para indicar que a moral capitalista do trabalho está nos antípodas da do Evangelho.

É ainda exato que as sociedades puritanas professavam o desprezo aos prazeres a ponto da mais severa austeridade, o que certamente estimulava a mais larga poupança. Todavia, vimos que, em Calvino, a austeridade, imposta pelas duras circunstâncias atravessadas pelos reformados, nunca foi erigida em virtude, e o reformador jamais atribui ao ascetismo qualquer valor meritório.

Quanto à poupança, procuramos precisamente mostrar que seria possível criticar Calvino de não ter compreendido o papel que ela poderia ter no desenvolvimento econômico da sociedade total. Opondo-se à avareza e à acumulação da riqueza, Calvino insistia em que os bens econômicos acumulados deviam ser restituídos à circulação em forma de assistência aos necessitados. Não se pode, pois, atribuir a ele os excessos de zelo pela poupança que caracterizaram o mundo industrial puritano de século XVIII, ainda que Calvino valorize certas formas de sobriedade.

É evidente que, se Max Weber tivesse estudado o calvinismo de século XVI, e não o do século XVIII, teria chegado a outras conclusões. Teria notado certamente que esse calvinismo das origens, conquanto promotor de uma sociedade laboriosa, procurava prevenir-se contra os desvios da natureza humana mediante freios que o evitavam descambar para os excessos de uma sociedade sujeita ao primado do lucro e à regra soberana de sucesso individual. Foi o abandono da antropologia de Calvino, em favor de uma antropologia secularizada otimista e progressista, que

É necessário começar por saber qual a atitude que o Senhor deseja que tenhamos diante dos bens materiais, quais os meios lícitos de ganhá-los, e qual o seu uso adequado e legítimo. Em primeiro lugar, não devemos buscar os bens terrenos por cobiça.

conduziu algumas sociedades protestantes aos desvios analisados por Weber.

Retornemos, para concluir, ao calvinismo de Calvino. Repitamos que, em comparação com seus predecessores romanos ou protestantes, Calvino elaborou um pensamento econômico inteiramente original. Enquanto quase todos os teólogos anteriores faziam depender a vida econômica da moral geral e natural, sem relação direta com a obra da redenção, Calvino foi o primeiro a mostrar que a vida material é, na verdade, um dos lugares objetivos onde, mediante seu comportamento concreto, o ser humano vive o testemunho de sua fé no Cristo redentor. Entendia, pois, que as relações econômicas entre as pessoas – pessoas naturalmente corrompidas pelo pecado – podiam ser restauradas pela renovação espiritual da criatura humana. A evangelização e a missão cristã têm, portanto, incidência direta sobre a vida econômica e passam a ser a condição de sua restauração e da vida social harmoniosa.

É inegável que tal reabilitação da vida econômica teve consideráveis repercussões no desenvolvimento das sociedades protestantes. Todavia, não seria lícito responsabilizar Calvino pela quase divinização do trabalho e do dinheiro, visto ter ele clamado com vigor peculiar a necessidade da sujeição de um e outro a Deus. Foi ele que pregou a solidariedade econômica entre indivíduos e nações, a necessidade da circulação e redistribuição contínua das riquezas, e a legitimidade das intervenções do Estado para regular a vida econômica. Se esses princípios tivessem sido respeitados, a evolução do capitalismo teria sido provavelmente muito diferente do que foi.

Por certo o senso de responsabilidade pessoal de Calvino não aceitaria jamais que o Estado se tornasse o dirigente exclusivo da economia. Mas também sua realista compreensão da ambígua condição do ser humano, solicitado ao mesmo tempo por Deus e por Mamom, não lhe permitia crer que a sociedade pudesse chegar a uma economia harmoniosa pelo simples jogo dos interesses individuais.

É por isso mesmo que nos parece justo falar, a propósito da concepção que Calvino tinha da vida econômica, de um socialismo personista ou, preferindo-se, de um personismo social que busca o equilíbrio sempre renovado entre a proteção dos direitos e bens da pessoa, de um lado, e o respeito às necessidades do conjunto social, de outro.

Citemos, em conclusão, um texto excelente do reformador que nos parece resumir de maneira extraordinária seu pensamento econômico e social, pensamento que abriga, a um tempo, a preocupação pela pessoa e pela sociedade:

“É necessário começar por saber qual a atitude que o Senhor deseja que tenhamos diante dos bens materiais, quais os meios lícitos de ganhá-los, e qual o seu uso adequado e legítimo”.

Em primeiro lugar, não devemos buscar os bens terrenos por cobiça. Se vivemos na pobreza, suportemo-la pacientemente; se temos riquezas, não nos prendamos a elas nem confiemos nelas e estejamos dispostos a renunciar a elas, se isso convier a Deus. Que tanto o possuir como o não possuir sejam indiferentes e sem maior valor. Consideremos a bênção de Deus como maior do que todas as coisas e busquemos o reino espiritual de Jesus Cristo sem nos envolvermos em ambições iníquas.

Em segundo lugar, trabalhemos honestamente para ganhar a vida. Recebamos nossos proventos como vindos das mãos de Deus. Não usemos de má fé para nos apossarmos dos bens de outrem, mas sirvamos o próximo com consciência limpa. Que o fruto de nosso trabalho seja o salário justo. Ao vender e ao comprar, não usemos de fraude, astúcia e mentira. Apliquemos ao nosso trabalho a mesma honestidade e lealdade que esperamos dos outros.

Finalmente, quem nada possui não deixe de render graças a Deus e de comer seu modesto pão com alegria. Quem muito possui não use de glotonaria, de suntuosidade, de superfluidade, de orgulho e de vaidade; antes, seja em tudo moderado e empregue seus bens em ajudar e socorrer o próximo, reconhecendo-se como quem recebeu seus bens de Deus e que deles há de um dia prestar contas. Lembremo-nos sempre da comparação que faz São Paulo entre os bens terrenos e o maná, de tal modo que o que tem em abundância use apenas o necessário para que o que nada tem não fique privado.

Em suma, assim como Jesus Cristo deu-se por nós, também comuniquemos ao próximo, com amor, as graças que recebemos, ajudando-o na sua pobreza e socorrendo-o na sua miséria. Isso é o que nos cabe fazer.”

IV



O CALVINISMO E O NOSSO TEMPO

Devemos agora tirar as conclusões. Que podemos preservar do humanismo social de Calvino, do qual tratamos? Para onde nos orientam hoje as atitudes tomadas e desejadas pelo reformador no século XVI?

1. O CALVINISMO ULTRAPASSADO?

Não é sempre que Deus concede à sua igreja pessoas da estatura de Calvino, que modificam o curso da História e transformam a sociedade numa boa parte do mundo. Pode-se fazer toda espécie de crítica a Calvino e muitos podem pretender ser mais esclarecidos que ele. Mas ninguém pode ignorar que esse reformador ainda traz a marca de sua fé e de seu pensamento na vida de milhões de habitantes de nosso planeta – ainda que sem que o saibam – e que sua influência sobre as demais confissões cristãs está longe de desaparecer. É bem provável que somente agora, depois de quatrocentos anos necessários para o abrandamento do confessionalismo cristão e através de intérpretes da envergadura de Karl Barth, seu ensino começa a produzir frutos na esfera geral do cristianismo, a despeito das barreiras confessionais. Em todo caso, seria ignorar a História e a evolução atual da cristandade imaginar que se pode relegar o calvinismo à condição de doutrina superada.

Apesar disso, devemos afirmar que a própria doutrina de Calvino exige que consideremos o calvinismo como ultrapassado. Ora, o que o reformador sempre

desejou não foi constituir um corpo de doutrinas que permanecessem para todos os tempos. Sua preocupação era compreender e interpretar com integridade a Palavra de Deus para pessoas reais que viviam numa época bem deter-

minada. E isso ele fez com a mentalidade própria de seus contemporâneos e nas circunstâncias precisas de seu tempo. A fidelidade a Calvino, portanto, não nos

Devemos afirmar que a própria doutrina de Calvino exige que consideremos o calvinismo como ultrapassado.

Ora, o que o reformador sempre desejou não foi constituir um corpo de doutrinas que permanecessem para todos os tempos.

permite reduzir preguiçosamente sua doutrina, aplicando-a a situações históricas diferentes. Antes, impõe-nos a obrigação de refazer, em nosso tempo e em face de circunstâncias novas, o esforço de submissão à Palavra de Deus do qual ele nos deixou magnífico exemplo.

Como disse magistralmente Karl Barth, “*reconhecemos em Calvino um exemplo e um modelo na medida em que ele mostrou à igreja de seu tempo, de maneira inesquecível, o caminho da obediência, obediência no pensamento e nos atos, obediência na vida social e política. Um verdadeiro discípulo de Calvino, pois, só pode fazer o seguinte: obedecer, não a Calvino, mas àquele que foi o mestre de Calvino*”.

Importa, assim, discernir, na ação e no ensino de Calvino, aquilo que é contingente e superado e aquilo que, pelo contrário, será válido para nossos dias, desde que atualizado mediante nosso esforço de imaginação criadora e levando-se em conta as circunstâncias novas em que nos encontramos.

Nesse sentido, desejamos focalizar três aspectos atuais do pensamento reformado. São eles o humanismo integral, o humanismo ecumênico e o humanismo universal.

2. UM HUMANISMO INTEGRAL, PERSONISTA E SOCIAL

Vivemos numa época em que os diversos humanismos propostos amputam a pessoa humana de uma ou outra de suas dimensões essenciais.

De um lado, encontramos uma concepção tecnológica e científica do ser humano que se vai impondo irresistivelmente. Fortalecido pelas prestigiosas descobertas da ciência, esse humanismo tende a considerar a criatura humana como um fato objetivo mensurável e computável. Desligado do mistério divino que lhe dá a vida e a originalidade, o ser humano é reduzido a uma abstração de laboratório árida e decepcionante.

De outro lado, encontramos um humanismo, ateu como o precedente, mas que impõe ao ser humano outra forma de redução, transformando-o em mero componente de um conjunto social.

De um lado, pois, o humanismo científico individualista do Ocidente; de outro, o humanismo coletivista do Oriente. Diante dessas duas alternativas, a igreja se vê paralisada.

Diante do humanismo científico, reage com certo complexo de inferioridade. A forte sedução que a ciência exerce sobre os contemporâneos leva numerosos cristãos a renegar o que constitui a originalidade da revelação bíblica. Temerosos de ficar na dependência exclusiva da Palavra divina para chegar à verdade sobre o ser humano, esforçam-se a todo preço por reduzir essa Palavra a um conhecimento experimental e dar-lhe uma aparência científica.

Já na presença do humanismo comunista, a igreja sente-se intimidada. Impressionada pelo poder destruidor do ateísmo, ela acaba por perder a confiança na soberania histórica e universal do seu Senhor. Ou então, desiludidos diante dos perigos do coletivismo, os mais ortodoxos no plano da doutrina e que conservam sua confiança no valor da revelação cristã recolhem-se num individualismo religioso e político que ignora totalmente a dimensão social do ser humano. A perda dessa dimensão social – da qual a própria Bíblia nos fala tantas vezes – acaba por conduzir muitos se fecharem numa piedade pessoal, numa introversão litúrgica de compensação que reforça ainda mais seu trágico isolamento das massas humanas e os afasta dos problemas de amplitude política.

Vê-se, desde logo, que, em tais circunstâncias, o humanismo de Calvino nos será de grande valia. Sua insistência em manter paralelamente o conhecimento do ser humano por Deus e o conhecimento do ser humano pelo próprio ser humano

A fidelidade a Calvino, portanto, não nos permite reduzir preguiçosamente sua doutrina, aplicando-a a situações históricas diferentes.

Antes,

impõe-nos a obrigação de refazer, em nosso tempo e em face de circunstâncias novas, o esforço de submissão à Palavra de Deus do qual ele nos deixou magnífico exemplo.

convida-nos a buscar um humanismo integral, a um tempo confiante na ciência e reverente na revelação bíblica; um humanismo que leve em conta a pessoa na sua totalidade, conhecida pela revelação de Deus, de um lado, e pela ciência, de outro.

Com efeito, graças à sua visão bíblica da sociedade humana, Calvino preservou o humanismo de sua corrupção individualista, dando destaque à universalidade de nossa humanidade. Traçou o caminho para um humanismo que acrescenta ao conhecimento da pessoa como tal uma consciência aguda das realidades sociais.

A aplicação na igreja do ensino bíblico sobre a circulação de bens há de nos levar a reflexões sérias e a reformas profundas. O papel do diaconato e o uso do dinheiro a serviço da comunidade há de ser totalmente reconsiderado. O diácono é verdadeiro ministro e seu serviço está no mesmo pé de igualdade com o de outros ministérios. Sua função não consiste meramente em recolher ofertas e empregá-las responsabilmente; deve provocar nos membros da comunidade, ricos ou pobres, a aferição espiritual de sua vida material, de seus bens, de seu tempo e de suas aptidões com vistas à sua livre utilização a serviço de Deus e do próximo. Trata-se de um aspecto essencial da disciplina cristã que nos cabe redescobrir. É confortador notar que muitas igrejas de origem calvinista estão realmente caminhando nessa direção.

Em certas comunidades cristãs, após exame da situação financeira do conjunto dos membros, propõe-se a todos um critério de contribuições proporcional à sua renda e bens, independentemente das necessidades financeiras administrativas da paróquia ou da igreja. A ênfase recai sobretudo em obras diaconais e de missão. Em outros lugares, grupos de cinco ou seis jovens constituem-se espontaneamente no seio da comunidade para viverem comunitariamente não só na dimensão espiritual de sua vida como também no uso do tempo, do trabalho, do lazer e do dinheiro. Há ainda grupos de casais ou de celibatários que se reúnem periodicamente para comparar seus orçamentos, a ajudarem-se mutuamente e a submeterem suas

O papel do diaconato e o uso do dinheiro a serviço da comunidade há de ser totalmente reconsiderado. O diácono é verdadeiro ministro e seu serviço está no mesmo pé de igualdade com o de outros ministérios

decisões importantes a um fraterno exame.

Também no que diz respeito à circulação da riqueza na sociedade humana fora dos limites da igreja, o ensino de Calvino, extraído do Evangelho, apresenta grande atualidade.

Ao examinarmos a vida econômica moderna à luz desse ensino, verificaremos que a ciência confirma e exatidão de inúmeras observações do reformador. A prosperidade estende-se a todos quando as riquezas são repartidas entre todos, quando os meios de produção se espalham por toda parte e quando o trabalho de cada um é recompensado com uma parte equitativa da riqueza coletiva.

Na realidade, grandes obstáculos se opõem ainda à distribuição generalizada da riqueza e dos instrumentos de trabalho. Basta lembrar as imensas zonas de pauperismo no mundo de nossos dias que coexistem ao lado de zonas de acumulação de bens econômicos das quais somos, via de regra, os beneficiários.

O exemplo de Calvino deve conduzir-nos à renovação contínua de nossas concepções políticas e sociais mediante a Palavra de Deus e à sua confrontação com as novas realidades de nosso tempo. A ética social do reformador é dinâmica e exige do cristão constante atualização de seu pensamento e de sua ação. Nada é mais contrário ao pensamento de Calvino do que o espírito conservador. O Evangelho reclama, pois, dos cristãos a busca incessante de um humanismo integral, humanismo que leve em consideração a pessoa na sua totalidade e a sociedade em seu conjunto. Nesse sentido, do ponto de vista eclesial, tal humanismo só pode ser ecumênico.

**Nada é mais
contrário ao
pensamento de
Calvino do que
o espírito
conservador.**

3. UM HUMANISMO ECUMÊNICO

Ao envolverem-se nas lutas do século XVI, nem Calvino nem os outros reformadores foram animados pela idéia de combater por verdades estritamente religiosas ou eclesiais, ou pela proteção de alguma igreja. O que os apaixonava, antes de mais nada, era o desejo de redescobrir e de fazer triunfar, na sua integridade, a verdade sobre Deus e sobre os seres humanos. Pretendiam, a todo preço, libertar a humanidade de toda forma de servitudes e, em particular, de suas mistifica-

ções religiosas. Apenas em segunda plana e como que levados pelas circunstâncias, fizeram-se adversários da instituição eclesiástica. Daí sua angústia ao notar que uma parcela da cristandade não tinha consciência do mal que sofria e que a própria igreja oficial os rejeitava de seu seio. Foi com imenso pesar que se viram obrigados a constituir igrejas separadas. E, mesmo chegando a esse extremo, nunca pensaram – Calvino particularmente – que formavam igrejas autônomas, definitivamente desligadas do resto da cristandade.

Tinham, pelo contrário, consciência de pertencer à igreja autêntica, à igreja histórica reencontrada, à igreja cristã restaurada, à igreja católica, apostólica e santa de todos os tempos, ao corpo único de Cristo. Sofriam vendo os membros desse corpo, momentânea e exteriormente, divididos entre si.

Quando se apresentam os reformadores como fundadores de uma seita religiosa que busca para si mesma o cultivo de uma religião ideal, comete-se um duplo erro histórico e teológico. Nenhum deles jamais desejou fundar alguma coisa que, mais tarde, se chamasse protestantismo ou que devesse durar eternamente. O calvinismo como tal nunca esteve nas cogitações de Calvino. Historicamente falando, o calvinismo é um episódio da história do cristianismo e esta, por sua vez, um aspecto da História universal. Donde nada ser mais estranho ao pensamento de Calvino do que o confessionalismo erigido em entidade fechada e auto-suficiente.

“Cremos que ninguém deve isolar-se ou contentar-se consigo mesmo; antes, devemos, juntos, guardar e preservar a unidade da igreja...”, diz o artigo 26º da Confissão de La Rochelle, composta por Calvino e adotada pelo primeiro sínodo nacional das Igrejas Reformadas da França, em 1559.

Para Calvino, a igreja é uma não tanto porque os cristãos, independentemente da sua origem, devem estar unidos, mas porque sua unidade já é uma realidade pelo simples fato de que, pela fé, são membros do corpo de Cristo. A igreja é universal não somente porque é composta de crentes espalhados por todo o mundo, mas principalmente porque Cristo é o único

**Nenhum deles
jamais desejou fundar
alguma coisa que, mais
tarde, se chamasse
protestantismo ou que
devesse durar eternamente.
O calvinismo como tal nunca
esteve nas cogitações
de Calvino.**

Salvador da todas as pessoas na Terra e porque todos hão de comparecer na sua presença ao fim da História.

Contra essa unidade de fato do corpo de Cristo, as divisões humanas são impotentes. Estas, apesar de graves, são apenas acidentais, superficiais e provisórias.

Calvino chega a admitir que, na igreja papista, subsistem restos visíveis da igreja a que ele pertence. Daí tudo fazer para evitar a ruptura enquanto ainda restasse uma esperança da reconciliação.

Percorre a Europa e comparece a todos os colóquios onde a discussão com a Igreja Romana oferece possibilidades frutíferas: Haguenua, em 1540; Worms, em 1541; e Ratisbona. Afastado do diálogo, persevera na conversação, comentando, por escrito, as primeiras decisões do Concílio de Trento. Declara estar disposto “*a se fazer cortar a cabeça a fim de que a paz seja restabelecida no seio da igreja*”. E quando, do lado católico, não resta qualquer esperança, tenta o impossível para restaurar a unidade do protestantismo dividido em partidos luteranos, zuinglianos, anglicanos e reformados. Côncio da diversidade das reações humanas diante da Palavra de Deus, não tenta impor uma unidade compacta. Aceita a diferença entre “*a doutrina pela qual a igreja de Cristo se mantém*”, comum a todos os cristãos, e a diversidade de interpretações e costumes próprios de cada denominação confessional. “*Não se deve criar problemas por causa de uma casula ou de uma vela*”, diz ele.

Convidado em 1552 por Cranmer, arcebispo anglicano de Cantuária, diz-nos pronto a “*atravessar dez mares, se necessário,*” para promover a unidade da igreja.

Para servir à unidade, porém, não se deve ceder no plano da verdade. Pelo contrário, somente na única verdade que é em Cristo, rigorosamente proclamado, é que a unidade dos cristãos pode realizar-se visivelmente. Quanto mais se desvencilhar o Evangelho das aderências religiosas suscitadas pelo paganismo, dos ritos supersticiosos, das liturgias obscurantistas, dos costumes folclóricos, das tradições locais, das imagens, filosofias e doutrinas estranhas, tanto mais rapidamente pode-se reencontrar o caminho da unidade em

De todas as confissões cristãs, o calvinismo é uma das mais ecumênicas por uma razão fundamental: ele nunca se enclausurou em uma definição rigorosa, absoluta e definitiva de seus dogmas.

Cristo.

De todas as confissões cristãs, o calvinismo é uma das mais ecumênicas por uma razão fundamental: ele nunca se enclausurou em uma definição rigorosa, absoluta e definitiva de seus dogmas. Proclamou sempre que a única autoridade da igreja é a Bíblia. Mas essa Bíblia, diz o calvinismo, é o livro humano que dá testemunho de Cristo, a Palavra de Deus por excelência, autoridade soberana e viva a qual à igreja se submete. A igreja como tal, pois, não possui sua

própria autoridade; antes, ela deve deixar-se sempre conduzir e reformar pela única autoridade que é o Cristo que vive e age na história humana pelo seu Santo Espírito.

A igreja acha-se, assim, em movimento, num constante devir, sempre aberta e reformável, sempre no encaço de novas descobertas a seu respeito.

Razão por que o humanismo de Calvino não tem fronteiras religiosas. Abre-se, ao contrário, ao mundo como um todo. É um humanismo universal capaz de romper as barreiras que as pessoas erguem umas contra as outras. Em Cristo, abolem-se as fronteiras nacionais, ideológicas e raciais.

O nacionalismo religioso é uma das formas permanentes de corrupção humana. Leva as sociedades a se erguerem umas contra as outras e a se destruírem pela guerra.

4. UM HUMANISMO UNIVERSAL

Se o calvinismo é ecumênico por natureza, também é por uma razão política. A clara distinção que Calvino faz entre a igreja e o Estado ajudou sempre a evitar qualquer confusão entre religião e nação, permitindo, dessarte, colocar em evidência o caráter universal da fé cristã.

A luta travada por Calvino em Genebra contra o patriotismo místico dos nacionalistas não é acidental. Exprime, ao contrário, a oposição inevitável entre o humanismo cristão autêntico e as diversas formas de nacionalismo religioso.

O nacionalismo religioso é aquela força mística primitiva, nascida do paganismo natural do coração humano, que diviniza o clã e sua tradição. Erige em virtude sagrada o temor mágico dos grupos que ameaçam o clã e exalta o entusiasmo pela vingança. Canta as virtudes militares e guerreiras que estimulam o terror sacral e o ódio vingativo, e as incorpora à própria piedade religiosa. O nacionalismo religioso

é uma das formas permanentes de corrupção humana. Leva as sociedades a se erguerem umas contra as outras e a se destruírem pela guerra.

Quando fiel ao Cristo que nos liberta de todos os demônios, a igreja cristã é a única força de combate contra esse flagelo. Enquanto comunidade dos membros do corpo de Cristo espalhada sobre toda a Terra, a igreja é o poder capaz de desmascarar essa manifestação nefasta do paganismo primitivo e a ela resistir. Ela é, assim, a única proteção eficaz da humanidade.

Contudo, quando cessa de ser a fé na Palavra de Deus para se tornar em religião natural, o cristianismo se deixa corromper, como qualquer religião, pela mística do clã, da nação e do exército.

Historicamente, o início dessa perversão da fé cristã remonta à época do Imperador Constantino. Durante três séculos, o cristianismo teve consciência de sua originalidade em relação às diferentes formas de religião natural e místicas oficiais em honra do império romano. Constituído do conjunto das comunidades espirituais diversas oriundas de sociedades locais diferentes, conservava a união decorrente da comunhão com um só Salvador. O caráter universalista da fé cristã era decisivo para os membros da igreja primitiva. Sua solidariedade com outros grupos humanos era subordinada a sua qualidade de cidadãos do reino único de Cristo. Daí, sua submissão às manifestações religiosas oficiais e sua obediência aos imperativos do Estado eram nitidamente condicionadas e limitadas à sua submissão primeira ao seu único Senhor.

Durante três séculos, no período da expansão do cristianismo entre as nações, os cristãos recusaram-se a usar armas. Mas, a partir do momento em que o Estado e a nação foram considerados cristãos, uma profunda confusão se instalou em suas mentes e corações. A história da igreja cristã depois dos primeiros séculos é, em todas as esferas, a história da assimilação de costumes religiosos estranhos à fé evangélica.

O culto da nação, dos ancestrais e da tradição regional ou nacional revestiu o culto cristão e, aos poucos, associou-se a ele. A lealdade à ordem temporal confundiu-se com a lealdade a Jesus Cristo. Empreendimentos bélicos, agressivos ou defensivos, das autoridades políticas foram considerados atos religiosos e o heroísmo militar, glorificado pelo paganismo, ajuntou-se ao número das virtudes exaltadas pela igreja. A teologia veio também em socorro dessa curiosa identificação, elaborando doutrinas sobre a pátria e a guerra, e fundamentando-as sobre

dados bíblicos reais, sem dúvida, mas fragmentários e frágeis.

Nem a Reforma escapou a semelhante confusão. Ela eclodiu ao surgirem os nacionalismos europeus dos quais ela mesma é, sob certos aspectos, uma expressão. Absorvidos por tantos problemas religiosos ao nível da reflexão consciente, os reformadores não puderam discernir sempre as questões que se achavam abaixo desse nível. Nessa esfera, nem sempre conseguiram que a Palavra de Deus rompesse as camadas de religião natural para libertá-los de certos tabus.

Foi assim que a reforma de Lutero, a de Zuínglio e a anglicana estiveram estreitamente ligadas a movimentos tipicamente nacionalistas. Por isso mesmo conservaram um carácter regional que lhes impôs limites políticos e geográficos bem definidos.

Já não se deu o mesmo com a reforma calvinista. É verdade que, no início, ela foi favorecida em Genebra por forte corrente nacionalista. Sem a energia espiritual de Calvino, essa corrente certamente teria dominado a Reforma. Todavia, tendo afirmado com intransigente rigor a única autoridade das Escrituras em todos os domínios da vida e o único senhorio de Cristo tanto sobre a igreja quanto sobre a sociedade humana e o Estado, Calvino desmitizou de saída a nação e desmascarou as potestades espirituais obscuras que a sacralizavam.

Na luta implacável contra o partido dos que se chamavam patriotas, indicou com precisão o justo lugar da autoridade do Estado e do respeito pela pátria na vida do cristão. Denunciou o carácter falsamente religioso de nacionalismo e desmascarou suas pretensões de se fazer confundir com a fé cristã e de utilizar-se da igreja.

Certamente, isso permitiu ao calvinismo difundir-se rapidamente por todos os países e latitudes. Não tendo nenhum carácter nacional, instalou-se nos países da Europa e na América, e mais tarde na África, com a mesma independência e manifestando sempre a universalidade da Igreja de Cristo.

Mas esse universalismo reformado enfraqueceu-se no curso dos séculos, na medida em que os cristãos, descuidando da Palavra de Deus, perdiam a consci-

Calvino denunciou o carácter falsamente religioso de nacionalismo e desmascarou suas pretensões de se fazer confundir com a fé cristã e de utilizar-se da igreja.

ência de sua qualidade de membros do corpo único e cósmico de Cristo. Não raro, as comunidades reformadas se dissolveram no seio da nação a ponto de se confundirem com ela. E com a religião natural predominante sobre a fé na Palavra de Deus – o que ocorreu tanto no protestantismo como no catolicismo – a mística da nação se reintroduziu na igreja. Passou-se assim a falar de igrejas nacionais, o que era impensável no tempo de Calvino.

Eis por que as igrejas cristãs hoje não conseguem oferecer toda a resistência que deveriam às formas de religião natural, às forças tenebrosas do paganismo primitivo e, em particular, ao poder destruidor do nacionalismo. Tais adversários são, em nossos dias, mais atuantes e perigosos do que nunca. Sob formas variadas de patriotismo belicoso, de nacionalismo entusiasmado, de estatismo messiânico, de militarismo fanfarrão, de racismo segregacionista e outras, eles surgem por toda parte. Mesmo nos continentes considerados evoluídos, onde o conceito de nação se amplia até os limites da civilização, vemos a ideologia tomando o lugar do nacionalismo e polarizando todas as forças místicas primitivas da religião do clã.

A ideologia é a forma moderna secularizada do paganismo natural. Trata-se de uma mística profana, uma forma laicizada da religiosidade humana fruto da mentalidade científica, racional e atéia de nossa era técnica. A ideologia é capaz de sublevar, num verdadeiro entusiasmo sacral, os grupos humanos uns contra outros e conduzi-los ao aniquilamento.

Em tal situação é fácil ver a importância do ensino de Calvino e, em especial, o seu humanismo universalista para preservar-se o mundo de uma corrupção fatal. Seu ensino bíblico sobre as relações entre a igreja e o Estado deve ser retomado em consideração e aplicado na realidade contemporânea. Confiante no único Senhor do mundo, os cristãos devem ser exemplo de um patriotismo firme, objetivo, positi-

O que tornou possível o sucesso da Reforma foi a audácia com que, a partir da Escritura, ela criticou as tradições e os usos mais sagrados de seu tempo, e o fervor com que, diante das novas circunstâncias,

buscou uma aplicação mais justa dos ensinamentos da Palavra de Deus.

vo e construtor. Seu civismo deve despojar-se de toda mistificação ideológica. Devem contribuir ativamente para desmitizar o Estado, a nação, o exército. Devem lembrar ao mundo de hoje que as autoridades políticas e as instituições militares têm uma função meramente técnica e profana. Nem o Estado nem o exército têm competência para criar ou preservar valores chamados espirituais. Somente Cristo é gerador de tais valores. E a obra de Cristo se realiza acima e através de todas as fronteiras políticas, ideológicas e religiosas graças à ação universal de sua igreja.

O Estado tem por missão velar por uma ordem exclusivamente humana e temporal. No exercício dessa função profana, é uma autoridade estabelecida por Deus. Como tal deve ser respeitado independentemente do regime político que adote. Mas, ao reivindicar uma missão ideológica, deve-se então resistir firmemente ao Estado, não importando qual a sua atitude para com a igreja.

A História prova que, quando a autoridade política reveste-se de caráter religioso ou ideológico que adula o paganismo natural do povo, ela pode – em virtude dos poderosos meios de propaganda de que dispõe – conduzir às piores catástrofes com o maior entusiasmo.

Também no que diz respeito à guerra, o pensamento de Calvino, conquanto marcado por certos traços próprios de sua época, é ainda apto a guiar a reflexão da igreja. Disséramos que a posição de Calvino quanto ao uso de armas era de extrema circunspeção. Juntamente com o reformador Zuínglio, denunciou vigorosamente o militarismo dos partidários do serviço mercenário. Proclamou como sendo redondamente contrária à fé cristã a idéia de que o cristianismo devia ser defendido pelas armas.

Contudo, contra os anabatistas que rejeitavam toda participação na guerra, Calvino serve-se da justificativa tradicional em favor do exército, baseando-se no capítulo 13 da Epístola de Paulo aos Romanos. A ação militar, segundo sua interpretação, é lícita quando empreendida por uma autoridade legítima a fim de proteger o território geográfico sobre o qual exerce seu poder.

Importa, todavia, acrescentar que, para Calvino, mesmo numa guerra legítima, ficam interditados meios destruidores da população ou prejudiciais à natureza. *“Deus reprime a liberdade de destruir em pleno ardor da guerra”*, escreve. *“Visto que o direito de guerra abre as portas à rapina, à pilhagem e aos excessos, deve-se evitar o possível para que a terra não seja prejudicada e desfigurada a ponto de se tornar estéril; na ânsia de despojar o inimigo, não se deve descuidar do que é útil ao gênero humano.”*

Os meios de destruição em massa de que dispõem os exércitos modernos obrigam os cristãos sérios a formular duas indagações à luz da Escritura; são questões das quais não se podem evadir, mormente os que reconhecem o princípio reformado da única autoridade da Palavra de Deus.

A primeira dessas questões é a seguinte: está de acordo com a maneira de Calvino interpretar a Escritura a aplicação pura e simples do capítulo 13 de Romanos (que justifica o uso da espada pelo poder político) aos empreendimentos militares dos Estados modernos? Em que pese a aparência de um princípio comum, não estamos, na verdade, diante de realidades objetivas que nada mais têm de comum?

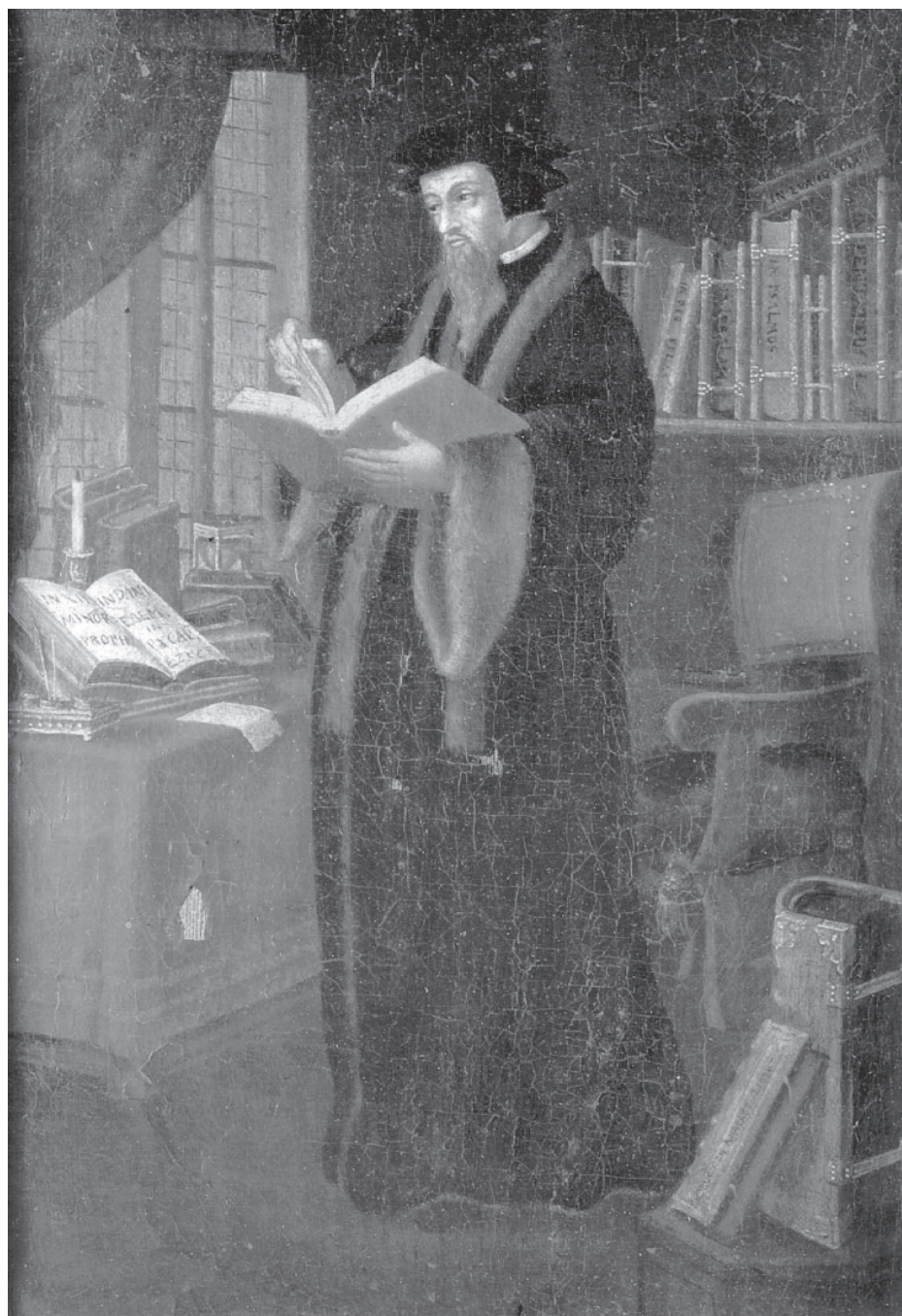
E eis a segunda questão: os meios atuais de destruição, atômicos ou outros, são compatíveis com a missão que Paulo atribui ao Estado detentor da espada? Se considerarmos o que a Escritura nos diz sobre o respeito devido à criação, aos seres humanos e à natureza, e os comentários que Calvino nos oferece a respeito, torna-se extremamente difícil pretender que o reformador responderia afirmativamente a essas duas questões. Cabe-nos indagar se, pela ameaça de destruição total da humanidade através dos recursos militares modernos, Deus não está convidando a sua igreja a rever inteiramente sua posição tradicional quanto à utilização de armas, a arrepende-se e a reconhecer que a justificação teológica tradicional que ela dava à guerra não é absolutamente evangélica. Admitamos que sempre houve na História interpretações oportunistas da Escritura que, mais tarde, diante dos fatos, se revelaram insustentáveis. Houve também justificações *a posteriori*, isto é, que se seguiam aos usos e práticas que se desejavam preservar. Não se justificou teologicamente, por exemplo, a escravidão? Não se tem usado a Escritura para dar razão ao racismo e ao anti-semitismo?

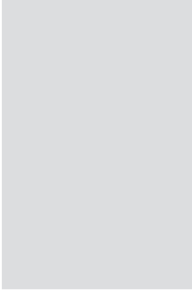
Queremos apenas levantar essas questões, sem pretender estar em condições de a elas responder imediatamente. Não nos parece temerário, porém, afirmar que o cristianismo será incapaz de fermentar as massas imensas de nossos continentes, de prestar o serviço que deve prestar às pessoas de nosso tempo, de confrontar vitoriosamente o mundo que aí vem surgindo, se não der uma resposta inteiramente nova aos três problemas essenciais do dinheiro, da guerra e da unidade cristã.

O que tornou possível o sucesso da Reforma foi a audácia com que, a partir da Escritura, ela criticou as tradições e os usos mais sagrados de seu tempo, e o fervor com que, diante das novas circunstâncias, buscou uma aplicação mais justa dos ensinamentos da Palavra de Deus.

Ao invés de nos fecharmos nos costumes tornados fáceis e de repetirmos preguiçosamente fórmulas antigas, devemos – pelo exemplo de Calvino – realizar o contínuo esforço de renovação de nossa fidelidade e de adaptação de nosso pensamento ao nível das circunstâncias de nosso tempo.

Cabe aos herdeiros da Reforma levantar hoje as questões essenciais e de lhes dar respostas cada vez mais conformes aos ensinamentos da Escritura Sagrada, sem nenhum comodismo. Tal é a contribuição mais importante que os reformados podem trazer hoje ao seu país e ao povo cristão como um todo, e o serviço mais útil que podem prestar à humanidade, fiéis à sua vocação e à sua história.





Título do original em francês
L'Humanisme Social de Calvin
Edition Labor et Fides
Genebra
1961

André Biéler
Professor da Faculdade de Teologia da
Universidade de Genebra, Suíça

O Humanismo Social de Calvino
Tradução
A. Sapsezian

Caderno de **77** O Estandarte

Caderno para os assinantes de O Estandarte

GRÁTIS

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO

Presb^a. Eleni Mender Rangel (diretora)
Rev. Gerson Correia de Lacerda (*O Estandarte*)
Sheila de Amorim Souza (*Alvorada*)
Fabrício Guilherme (*Portal da IPI do Brasil*)
Presb. Jeferson Barbosa Borges (*Pendão Real*)

Jornalista responsável:

Sheila de Amorim Souza
Reg. MT 31751.

Redação:

Rua da Consolação, 2.121
CEP 01301-100 - São Paulo-SP
Fone/fax: (011)2596-1903 / 2596-1911
E-mail: estandarte@ipib.org
Expediente: 2^a a 6^a, das 9 às 18 hs.

Editora Pendão Real

Cléber C. Coelho
(Administrativo)

Albério José Siqueira
(Atendimento e Cadastro)

Exemplar avulso: R\$ 5,00

Depósito no Bradesco

Agência 095-7 C/C 151.212-9

Revisão:

Gerson Correia de Lacerda

Coordenação da edição :

Eduardo Galasso Faria

Capa, projeto gráfico e editoração

eletrônica: Sheila de Amorim Souza

Tiragem: 6.000 exemplares.

Impressão:

Gráfica Potyguara

(11) 6969-4077

1^a edição, Edições Oikoumene, São Paulo, 1970

2^a edição, São Paulo, 2009

ISSN 1980-9778

